

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG HUNDRSEN DE SOUZA FERREIRA

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008 E SEUS REFLEXOS NA GEOPOLÍTICA
MUNDIAL

Rio de Janeiro
2010

CMG HUNDRSEN DE SOUZA FERREIRA

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008 E SEUS REFLEXOS NA GEOPOLÍTICA
MUNDIAL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Prof. Dr. Renato Petrocchi

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2010

Ao meu saudoso sogro

Aimar Portugal Garcia (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças ao espírito de solidariedade e invulgar compreensão do meu orientador, Prof. Dr. Renato Petrocchi, que, durante longo e doloroso período de enfermidade e falecimento de meu ente querido, soube orientar e incentivar, sem deixar que o seu orientado perdesse a fé de que tudo é possível quando não estamos sós. Não menos grato, também, ao CMG Marcello Lima de Oliveira, Encarregado do C-PEM 2010, com quem pude privar da fidalguia e consideração, além do companheirismo e espírito de corpo que nos são característicos. Finalmente, empenhar minha gratidão pessoal ao Exmo. Sr. Contra-Almirante Ricardo Albergaria Claro, Diretor da Escola de Guerra Naval, pois que, conquanto detentor do poder, à sua discricção, soube exercê-lo de forma magnânima.

RESUMO

O colapso do Lehman Brothers, no dia 15 de Setembro de 2008, foi o prelúdio do cataclismo que se abateu sobre o sistema financeiro mundial. O congelamento do mercado do crédito e o adensar súbito da recessão mundial. Essa crise, por definição e pura constatação factual, desenvolveu-se inicialmente no campo financeiro da economia dos Estados Unidos da América, potência incontestada na ordem mundial vigente. O presente trabalho, contudo, tem como proposta de abordagem um enfoque que vai além dos aspectos econômicos e financeiros. Buscará como linha mestra analisar o fenômeno da crise através da lente da Geopolítica, de modo a determinar em que medida os impactos que serão definidos podem ser considerados como geopolíticos. Para tanto, este trabalho trata de um problema econômico-financeiro, porém sob o prisma da análise geopolítica que integra economia, política e assuntos militares em um único sistema. Tal abordagem busca mais fazer emergir a verdade simples do que perscrutar a complexidade estéril. A linguagem da geopolítica difere da linguagem da economia, uma vez que não é empregado o jargão dos mercados financeiros. O geopolítico emprega uma linguagem própria designada para revelar mais a elegante essência do problema do que a sua enorme complexidade. Busca ainda investigar a interação entre duas forças históricas mundiais que são a geopolítica e a globalização.

Palavras-chave: Geopolítica, Século 21, Ordem Mundial, Crise Econômico-Financeira nos EUA, Sistema Financeiro Internacional, Recessão Econômica Mundial, Conjuntura Global.

ABSTRACT

The collapse of Lehman Brothers on September 15, 2008, was the prelude of the cataclysm that befell the world financial system. The frozen credit market and the sudden deepening of global recession. This crisis, by definition, pure factual evidence, developed initially in the financial economy of the United States of America, unchallenged power in the current world order. This work, however, proposes an approach that goes beyond the economic and financial aspects. Seek as a guideline to analyze the phenomenon of the crisis through the lens of geopolitics, in order to determine to what extent the impacts that will be defined can be considered as geopolitical. Therefore, this paper deals with a financial-economic problem, but through the prism of geopolitical analysis that integrates economics, politics and military affairs in a single system. And it is designed to extract the obvious rather than drill into the complexity. The language of geopolitics differs from the language of economics, since it is not employed the jargon of financial markets. The geopolitical employs its own language designed to reveal more the elegant essence of problem than its enormous complexity. It searches further to investigate the interaction between two historical forces that are geopolitics and globalization.

Keywords: Geopolitics; 21st Century; World Order, Economic and Financial Crisis in the U.S.; International Financial System World Economic Recession, and Global Scenarios.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	– Asset-Backed Commercial Paper: certificado de recebíveis mobiliários de curto prazo
ADM	– Armas de Destruição em Massa
AHMI	– American Home Mortgage Investment
AIG	– American International Group
AMLF	– Asset-Backed Commercial Paper Money Market Fund Liquidity Facility
ANZUS	– The Australia, New Zealand, United States Security Treaty
ARM	– Adjustable-Rate Mortgage: hipoteca de taxa variável
ASF	– American Securitization Forum
BofA	– Bank of America
CDO	– Collateralized Debt Obligation: obrigação de dívida colateralizada
CDS	– Credit Default Swap: swap de crédito
CIC	– China Investment Corporation
CPP	– Capital Purchase Program: programa de investimentos de capital
ECB	– European Central Bank: Banco Central Europeu
ESF	– Exchange Stabilization Fund: Fundo de Estabilização Cambial
EUA	– Estados Unidos da América
FDIC	– Federal Deposit Insurance Corporation: Corporação Federal de Seguro de Depósitos
FGFA	– Federal Housing Finance Agency: Agência Federal de Financiamento Habitacional
FHA	– Federal Housing Administration: Administração Federal de Habitação
FSA	– Financial Services Authority: Autoridade de Serviços Financeiros
FSB	– Financial Stability Board: Junta de Estabilidade Financeira
GAO	– Government Accountability Office: Escritório de Contabilidade Pública
GDP	– Gross Domestic Product: Produto Interno Bruto (PIB)
GSE	– Government-Sponsored Enterprise (Fannie Mae; Freddie Mac): Empresa patrocinada pelo governo
HERA	– Housing and Economic Recovery Act: Lei de Habitação e Recuperação Econômica: Lei de Habitação e Recuperação Econômica
HUD	– U.S. Department of Housing and Urban Development: Departamento de Habitação e de Desenvolvimento Urbano

IASB	– International Accounting Standards Board
IMF	– International Monetary Fund: Fundo Monetário Internacional (FMI)
KDB	– Korea Development Bank: Banco de desenvolvimento da Coreia (BDC)
LIBOR	– London Interbank Offered Rate
LTCM	– Long-Term capital Management
MAC	– Material Adverse Change: Mudança Substancial Adversa
MBS	– Mortgage-backed securities: certificados de recebíveis imobiliários (CRI)
MLEC	– Master Liquidity Enhancement Conduit
NAV	– Net Asset Value: valor de ativo líquido
NEC	– National Economic Council: Conselho Econômico Nacional
NIC	– National Inteligency Council
NSS	– National Security Strategy
OCC	– Office of the Comptroller of the currency
OFHEO	– Office of Federal Housing Enterprise Oversight
ONG	– Organizações Não Governamentais
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTC	– Over the Counter: mercado de balcão
PDCF	– Primary Dealer Credit Facility
PWG	– President’s Working Group on Financial Markets: Grupo de trabalho do Presidente sobre Mercados Financeiros
S&P 500	– Standard & Poor’s 500 index
SEC	– Securities and Exchange Commission
SED	– Strategic Economic Dialog: Diálogo Econômico Estratégico
TAF	– Term Auction Facility
TALF	– Term Asset-Backed Securities Loan Facility
TARP	– Troubled Assets Relief Program: Programa de Recuperação de Ativos Problemáticos
TIAA-	– Teachers Insurance and Annuity Association of America
TLGP	– Temporary Liquidity Guarantee Program: Programa de Garantia de Liquidez temporária
TSLF	– Term Securities Lending Facility

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PRESSUPOSTOS DA ABORDAGEM	12
3	A CRISE ECONÔMICO FINANCEIRA DE 2008	18
4	PRINCIPAIS ATORES DA ORDEM GLOBAL NO SÉCULO XXI	26
5	RECESSÃO GLOBAL VERSUS GEOPOLÍTICA MUNDIAL.....	30
6	CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS.....	58
	GLOSSÁRIO	60
	APÊNDICE A – Cronologia da crise econômico-financeira de 2008	63
	ANEXO A – Personagens de interesse na crise econômico-financeira de 2008.....	72

1 INTRODUÇÃO

Por Geopolítica eu entendo que denota uma abordagem que se atém aos requisitos do equilíbrio

Henry Kissinger ¹

O significado da palavra “crise” engloba algumas ideias, tais como manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio, tensão e conflito. Tudo isso encontra respaldo quando se refere à primeira crise global do século XXI. É claro também que tais ideias primárias apenas arranham a superfície da complexidade daquele fenômeno. O colapso do Lehman Brothers, no dia 15 de setembro de 2008, foi o prelúdio do cataclismo que se abateu sobre o sistema financeiro mundial, o congelamento do mercado do crédito e o adensar súbito da recessão mundial (WOLF, 2010).

Esta crise, por definição e pura constatação factual, desenvolveu-se inicialmente no campo financeiro da economia dos Estados Unidos da América, potência inconteste na ordem mundial vigente. O presente trabalho, contudo, tem como proposta de abordagem um enfoque que vai além dos aspectos econômicos e financeiros. Buscará como linha-mestra analisar o fenômeno da crise através da lente da Geopolítica, de modo a determinar em que medida os impactos que serão definidos podem ser considerados como geopolíticos. Para tanto, este trabalho trata de um problema econômico-financeiro integrando economia, política e assuntos militares em um único sistema. Tal abordagem busca mais fazer emergir a simplicidade verdadeira do que percrustar a complexidade estéril (FRIEDMAN, G., 2009).

Neste sentido, a linguagem da geopolítica difere da linguagem da economia, uma vez que não é empregado o jargão dos mercados financeiros. Busca, ainda, investigar a interação das duas forças históricas mundiais que são a geopolítica e a globalização.

¹ Texto original em inglês: *By geopolitical, I mean an approach that pays attention to the requirements of equilibrium.* Henry Kissinger, in Colin S. Gray & G R Sloan. *Geopolitics, Geography, and Strategy*. Portland: Frank Cass Publishers, 1999.

Geopolítica é a relação entre poder e espaço, ampliação do aprofundamento das ligações entre os povos do mundo por meio de todas as formas de troca. Toynbee foi o primeiro a fazer a crônica da ascensão e queda, da expansão e da contração dos impérios e das civilizações da história, tendo sido contemporâneo das grandes ondas de integração global que tiveram início pouco antes da Primeira Guerra Mundial e viriam a explodir com a ascensão das corporações multinacionais, na década de 1970. Desde sua época, a geopolítica e a globalização se intensificaram de tal maneira que se transformaram nos dois lados da mesma moeda (KHANNA, 2008).

As regiões e os países emergentes examinados neste trabalho identificados coletivamente como o Segundo Mundo constituem, hoje, o palco em que está sendo determinado o futuro da ordem global. Sobre este aspecto, assinala Parag Khanna:

Essa expressão, Segundo Mundo, designou, a certa altura, “sexto socialista” da superfície da Terra, e logo, por breve período, os Estados da transição pós-comunista, mas aos poucos se deixou de falar do Segundo Mundo. No entanto, a quantidade de países hoje existentes é mais que o dobro dos que havia quando Toynbee empreendeu sua viagem e um número cada vez maior deles se situa nesse novo espaço do Segundo Mundo, em que a geopolítica e a globalização se entrecrocaram e se fundem. (KHANNA, 2008, p. 10)

Como elementos da tabela periódica, as nações podem ser agrupadas em função do tamanho, da estabilidade, e da riqueza do mundo. Os países estáveis e prósperos do Primeiro Mundo basicamente se beneficiam da ordem internacional que hoje prevalece. Por outro lado, os países pobres e instáveis do Terceiro Mundo foram capazes de superar sua posição de desvantagem nessa ordem. Os países do Segundo Mundo ficaram no meio-termo. Em sua maioria, apresentam os dois tipos de características, internamente divididos entre vencedores e perdedores, entre os que têm e os que não têm. Os países emergentes do Segundo Mundo são também os Estados que determinarão o equilíbrio do poder no século XXI entre os três principais impérios do mundo: os Estados Unidos, a União Europeia e a China, na medida em que cada um se valer das alavancas da globalização para exercer sua própria força gravitacional.

Assim, nesse contexto, o objetivo principal do trabalho será abordar o seguinte problema: “Os reflexos da crise econômico-financeira de 2008 podem ser definidos como geopolíticos?”

A linha de pesquisa deste trabalho conduziu à formulação da seguinte hipótese: “Tendo como delimitação do campo de abrangência a Geopolítica Clássica, a crise de 2008 não produziu efeitos capazes de gerar discontinuidades que possam ser definidas como geopolíticas”.

Para atingir os objetivos supramencionados, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma:

No Capítulo 2 são estabelecidos os principais pressupostos teóricos que balizarão o modelo de abordagem e delimitação do problema proposto, de modo a demonstrar que a análise geopolítica de uma crise econômico-financeira tem o foco e o propósito diferentes dos modelos clássicos empregados pelos economistas; que geopolítica tem seu foco no comportamento das sociedades humanas organizadas em sistemas complexos, geograficamente definidos, isto é, os Estados-nação.

Uma percepção realística da sociedade requer uma abordagem integrada desses componentes. A abordagem setorial empregada comumente nos meios acadêmicos e meios de comunicação constitui uma forma de organizar as atividades humanas em parcelas administráveis. Agindo assim, a realidade teria uma melhor administração. Contudo, muitas das vezes, essa realidade acaba por ser falsificada por meio de um mercado de previsões que, frequentemente, tenta apropriar-se indevidamente do termo geopolítica para emular uma substância que não possui.

O Capítulo 3 apresenta uma análise não-geopolítica da crise de 2008 buscando enfocar os aspectos cruciais que, a partir do epicentro nos EUA, irradiaram-se pelo mundo e continua a se desdobrar em forma de pressões recessivas e seus efeitos nos dias que correm.

Esta seção também define, sob o enfoque do poder econômico no mundo globalizado, as posições relativas dos principais atores envolvidos e das posturas perante os impactos sofridos.

Outro objetivo dessa seção é permitir uma visão global da crise num contexto temporal mais amplo. Para complementá-lo, foi elaborado um cronograma detalhado, que faz parte do APÊNDICE A, bem como do ANEXO A, contendo a cinemática da crise de modo que permita compor uma visão mais focada nos principais eventos centrados nos EUA, seus personagens principais e números envolvidos.

O Capítulo 4 apresenta um breve panorama da ordem mundial vigente na primeira década do século XXI, onde são delimitados os atores onde e de concentração os objetivos que serão desenvolvidos neste trabalho e servirá para a composição da ambientação global, onde se dá o Jogo da Geopolítica. Nessa seção são tratadas as macro-tendências que têm o poder de influenciar o comportamento dos atores globais ante aos desafios impostos e a incerteza dos desdobramentos futuros. Este capítulo serve, também, para compor a tessitura conceitual que auxiliará o desenvolvimento da tese do próximo capítulo.

O Capítulo 5, em conjunto com o anterior, constitui a essência do trabalho, uma vez que a hipótese é verificada. O esforço da pesquisa teve maior concentração nesta seção, que integra uma breve análise contrafactual como apoio de argumentação, em busca de constatar discontinuidades que possuam densidade suficiente para enquadrá-las como geopolíticas. Nessa análise são listados os principais atores da ordem global vigente, logo detentores de poder para influenciar a geopolítica de forma consistente.

Por fim, na conclusão, são enfatizadas as ideias principais do trabalho, as quais concorrem para corroborar a hipótese apresentada; são enumeradas as conclusões propriamente ditas e explicitado o alcance das mesmas.

2 PRESSUPOSTOS DA ABORDAGEM

A abordagem costumeira de crises envolvendo questões econômico-financeiras cria distinções que não existem e complexidades que mais ocultam, do que revelam a real natureza do problema em tela. Nesse sentido, alertava Cícero: “as causas dos eventos são sempre mais interessantes do que os eventos em si”.

Uma análise geopolítica de uma crise econômico-financeira tem o foco e o propósito diferentes dos modelos clássicos empregados pelos economistas. A geopolítica tem seu foco no comportamento das sociedades humanas organizadas em sistemas complexos, geograficamente definidos, isto é, os Estados-nação².

Para que possamos entender o comportamento do Estado-nação, torna-se necessário que sejam claramente definidas as três dimensões principais do poder: econômica, militar e a política. A nação tem que ser estudada em termos de produção de riqueza, capacidade de defesa (e apropriação) de suas riquezas, bem como das relações internas e externas pelas quais os seres humanos moldam suas vidas (FRIEDMAN, G., 2009).

Economia, poder militar e política não se constituem em esferas separadas, integram-se em uma única entidade real que se materializa no Estado-nação.

O corpo de conhecimento empírico acumulado até aqui, indica que o componente militar e político constantemente afetam o componente econômico, e vice-versa.

Assim, pelo exposto, também é impossível que se pense em economia, sem considerar os intervenientes políticos e militares. O corolário desse posicionamento é que não se pode considerar uma ideia de livre mercado como significando uma realidade por si só, de existência independente. É sempre moldado por outros fatores, os quais nem sempre são conspícuos.

² **Estado-nação:** quando um território delimitado é composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea, sendo esse governo produto dessa mesma composição. Isto ocorre quando as delimitações étnicas e políticas coincidem. Nestes casos, normalmente, há pouca emigração e imigração, poucos membros de minorias étnicas, e poucos membros da etnia dominante a viver além fronteiras.

Uma percepção realística da sociedade requer uma abordagem integrada desses componentes. A abordagem setorial empregada comumente nos meios acadêmicos e meios de comunicação constitui uma forma de organizar as atividades humanas em parcelas administráveis. Agindo assim, a realidade seria mais bem administrada, contudo muitas das vezes essa realidade acaba por ser falsificada.

Um general que tente fazer a guerra sem levar em consideração os fins políticos e os meios econômicos estará fadado ao insucesso. Do mesmo modo que um economista que se proponha a entender o comportamento da economia e elaborar conjunturas econômicas futuras sem um abrangente conhecimento da realidade política e militar que moldam a economia, muito provavelmente, obterá um resultado pouco consistente (FRIEDMAN, G., 2009).

A geopolítica, em certo sentido, não deixa de ser uma abstração, porém tem a virtude de não criar distinções artificiais. O preço que o analista geopolítico paga pela visão abrangente da realidade é uma tendência à imposição de sua simplificação em função do volume e dinâmica de acontecimentos envolvidos no processo:

“Pobre memória aquela que só funciona para trás”, escreveu Lewis Carroll³. Ao contrário da história, a geopolítica é uma disciplina que olha para trás com a finalidade explícita de enxergar à frente se as relações intencionais são a meteorologia da atualidade, a geopolítica é a climatologia, a ciência profunda da evolução do mundo; a geopolítica não pode ser posta em dia simplesmente clicando-se em “Atualizar” no buscador da Internet (KHANNA, 2008, p. 22).

Na passagem do século XIX para o século XX, o político alemão Friedrich Ratzel considerava que os impérios precisavam expandir-se para sobreviver. Como tiras de borracha, os impérios esticam à medida que as pessoas se movimentam, alterando os fatos da realidade concreta e estabelecendo instituições que estendem territorialmente a obediência o máximo possível, sem provocar o rompimento das tiras de borracha (KHANNA, 2008).

Um aluno de Ratzel, Rudolf Kjellen, no início do século XX, cunhou o termo

³ “Alice no país das maravilhas”.

Geopolitik, do qual se apropriou o geógrafo Karl Haushofer para expor sua teoria das panregiões expansivas, exigindo um espaço vital (*lebensraum*) racialmente homogêneo. O desvio da geografia pura promovido por Haushofer constituiria durante décadas uma mancha na disciplina da geopolítica. Igualmente, como ferramenta de análise, tornou-se muito desgastada no pós-II Guerra, sendo ainda considerada por muitos setores acadêmicos como o sintetizado nas palavras do geógrafo norte-americano Derwent S. Whittlesey⁴: “...uma criação do militarismo e um instrumento de guerra”. Cumpre-se ressaltar que essa visão não foi adotada neste trabalho.

Como seus pares do continente europeu, o famoso geógrafo britânico Halford Mackinder dava ênfase ao ciclo vital do “organismo mundial”. Entretanto, muito voltado para a questão da defesa da Grã-Bretanha diante das potências continentais, ele focalizava sua atenção na “ilha mundial” eurásiana, cujo “interior” era “a maior fortaleza natural do planeta”, já que era inacessível a partir do mar: estando de fora, portanto, do alcance do poderio marítimo britânico, o que permitia que uma potência de base territorial dominasse o mundo. Seu principal interlocutor, o estrategista naval norte-americano Alfred Thayer Mahan, sustentava que, na realidade, o poderio oceânico era a chave para o domínio global escrevendo: “O império dos mares é, sem dúvida, o império do mundo.” Desde então, a geopolítica se transformou num conjunto de fórmulas holísticas de poder aplicadas no mundo e em longos horizontes temporais, a que Fernand Braudel se referiu como a “longue durée”⁵. Mas continua sendo a mesma história de desafios e reações formulada por Toynbee (KHANNA, 2008).

A busca pela definição do centro de gravidade da realidade é geopolítica, para onde convergem as forças esmagadoras que movem o sistema na direção em que são aplicadas. Essas forças nunca são, em sua natureza, eminentemente políticas, militares ou

⁴ Whittlesey, Derwent (Stainthorpe) (1890–1956).

⁵ *Longue durée*, o “longo prazo”, é uma expressão usada pelos franceses da *Annales School* para designar a sua abordagem ao estudo da história, que dá prioridade ao longo prazo na análise das estruturas históricas.

econômicas. Normalmente estão ao alcance da visão, porém são negligenciadas porque, sendo simples, enganadoramente aparentam ser insuficientes para moverem o sistema. A visão geopolítica tem como meta abstrair a essência da realidade e identificar a tendência geral em que o movimento está se dando.

Tomemos como exemplo o conflito recente envolvendo a Rússia e a Geórgia, que tem a seguinte realidade focal: a Rússia consolidou suas fronteiras no século 19, essencialmente as mesmas que foram mantidas pela União Soviética. Com o colapso de 1992, houve um retrocesso territorial para uma posição não observada desde o século 17. Esta condição era insustentável. A Rússia, nessas condições, implodiria, ou seria preciso rapidamente se reafirmar (TREVERTON, 2010).

A visão geopolítica dominante no ano início de 2000 indicava que a escolha seria que a Rússia voltaria a se reafirmar na região. Nessa ocasião, os EUA tentaram atrair a Ucrânia para sua esfera de influência, a qual era vista pela Rússia como crucial para seus interesses econômicos, políticos e militares. Era certo que a Rússia reagiria à investida norte-americana. Tão logo os EUA viram-se atolados no Iraque e no Afeganistão, abriu-se uma janela de oportunidade para o início do processo de reafirmação russa naquela região.

Obviamente, foram deixados de lado muitos fatores nessa análise. Tal fato pode ser apontado por outras áreas do conhecimento como sendo insuficientemente sofisticada. Essa crítica pode, em algum sentido, estar correta. Ao se evitar a complexidade da sofisticação foi possível observar o contorno fundamental da realidade: o colapso russo, se fosse contido, teria que ser revertido por razões econômicas, políticas e militares.

Certamente muitos detalhes deixaram de ser previstos, mas a essência da condição geopolítica da Rússia naquele processo foi capturada, de modo a permitir o entendimento do que ela teria que fazer naquela situação. Assim, a geopolítica deixa para outras disciplinas o importante trabalho de mapear a complexidade, ficando com a tarefa de capturar a

simplicidade (FRIEDMAN, G., 2009).

Ao se analisar a crise financeira de 2008 nos EUA e seus desdobramentos globais ainda em curso, será buscado o centro de gravidade do problema. Para tanto, será levantada a seguinte questão: trata-se apenas de mais um ponto de inflexão nos ciclos dos negócios financeiros que vêm se sucedendo desde a Segunda Guerra, ou representa uma falha sistêmica, nos moldes da que ocorreu durante a Grande Depressão, em 1929? (PAULSON, 2010).

Cabe notar que na Grande Depressão o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA sofreu uma contração de cerca 50 % por três anos⁶. Tal fato configurou uma calamidade sem precedentes. Tendo isso em mente, ao se comparar a situação corrente com outros eventos desde a Segunda Guerra, de modo a definir algum parâmetro que nos permita mensurá-lo, encontramos uma situação parecida na crise das Associações de Poupança e Empréstimos (S&L Crisis)⁷, em 1989, quando um setor inteiro do sistema financeiro norte-americano entrou em colapso, fazendo com que o governo federal procedesse a uma intervenção que consistiu basicamente na garantia ou compra de ativos imobiliários comerciais que, ao se desvalorizarem, acionaram o gatilho da crise. Cabe frisar que o total de recursos federais alocados naquela ocasião foram de cerca de 6 % do PIB, dos quais menos de 3 % a fundo perdido. Na presente crise, que atingiu os bancos de investimentos, o governo federal interveio com recursos da ordem de 5 % do PIB. Igualmente, a economia norte-americana ainda crescia perto de 2 % no segundo quadrimestre de 2008 (KRUGMAN, 2009).

Esse quadro comparativo permite concluir que a economia norte-americana estava em um movimento rumo à recessão. Contudo, essa recessão não seria de tal monta que viesse a quebrar a estrutura econômica do pós-guerra, a despeito de que era claro que, em virtude do grau de intervenção governamental, iria impor uma remodelação dos mercados financeiros.

⁶ WOLF, Charles. Global Financial Crisis. Financial Times.

⁷ *Ibid.*

Como dito anteriormente, estas análises geopolíticas buscam captar os principais impulsos do que está acontecendo no mundo real, muitas vezes não percebido pelos economistas que perdem a perspectiva do que está acontecendo em meio a um turbilhão de números, índices e indicadores.

Os EUA são uma economia de 14 trilhões de dólares (GREENSPAN, 2008)⁸ com um problema que monta a cerca de 2 trilhões de dólares. A intervenção governamental gera naturalmente desequilíbrios e desigualdades do sistema. Contudo, o problema será administrado a partir da colossal robustez da sua economia e dos títulos do seu Tesouro (Federal Reserve- FED) e demais instituições federais de controle financeiro. Acrescente-se a isso que os ativos finais são constituídos de unidades imobiliárias que poderão ser negociados em longo prazo.

Não há dúvidas de que o impacto no sistema financeiro desdobrou-se em um período de recessão que tem gerado fortes pressões no emprego e no padrão de consumo dos norte-americanos, mas não se tinha conhecimento de nenhum período recessivo há sete anos; bem como em se tratando de economia dos EUA, existe muito espaço para recuperação não obstante as flutuações que poderão ser sentidas ao longo do tempo.

Gostando-se ou não dos resultados, há que se concordar que, em longo prazo, serão causados desajustes e desequilíbrios. Por outro lado, também é de conhecimento geral que os EUA têm ao seu alcance os recursos necessários para efetuar o gerenciamento da ultrapassagem da crise, lançando mão de forte intervenção do governo central, sendo tal intervenção um fato conspícuo mais pela sua profundidade do que pelo ator principal (FRIEDMAN, G., 2009).

⁸ GREENSPAN, Alan. *A era da turbulência: aventuras em um novo mundo*.

3 A CRISE ECONÔMICO FINANCEIRA DE 2008⁹

As raízes da crise de 2008 nos EUA são similares às daquelas das depressões anteriores. Com o crescimento dos lucros durante a fase de expansão econômica, investidores acabam por se expor a produtos financeiros de maior risco em busca de maiores retornos. No último ciclo que se encerrou, o mais importante desses investimentos questionáveis foram as hipotecas de segunda linha (*subprime mortgages*), assim definidas pelas características de baixo padrão de verificação das reais capacidades financeiras dos tomadores de crédito, bem como por não exigirem qualquer desembolso inicial, isto é, configurando baixo padrão prudencial de análise de crédito (PAULSON, 2010).

Para agravar esse quadro, a taxa de juros iniciais oferecidas para atrair o maior número de tomadores era muito baixa, porém seriam ajustadas às taxas de mercado após um período entre dois e cinco anos. Com o passar do tempo, o custo do financiamento vai aumentando, ao mesmo tempo em que um crescente número de mutuários declara-se inadimplente. Este círculo vicioso afeta pesadamente o mercado imobiliário com a queda do valor dos imóveis e uma avalanche de retomada de imóveis satura o mercado, fazendo os preços despencarem ainda mais.

Em condições normais, esse processo teria se reduzido a uma recessão regional do mercado imobiliário, concentrado nos maiores volumes negociados em financiamentos do tipo *subprime* (Sul da Califórnia, Las Vegas e Miami), com algum canal de contágio restrito do resto do mercado imobiliário nacional. Contudo, houve outro fator no processo que potencializou o problema. Tais hipotecas de risco raramente eram mantidas pelos seus tomadores iniciais; em vez disso, eram agrupadas e transformadas em novos produtos de

⁹ Ver a cronologia detalhada dos principais eventos relativos à crise de 2008 nos EUA e no mundo que constitui o Apêndice A ao texto deste trabalho.

investimento e renegociadas no mercado financeiro.

Este esquema serviu a três propósitos: primeiro, ao tomador do empréstimo, que podia vender com lucro o seu financiamento inicial e contrair nova hipoteca. O segundo, ao grupo de compradores desses pacotes tóxicos que irrigava o mercado com uma nova fonte de capital. Por último, que tais pacotes podiam ser ainda revendidos a terceiros investidores, criando uma nova série de produtos financeiros securitizados e lastreados em hipotecas que podiam ser negociados no exterior. Este modelo de negócio gerava um volume de capital tal que permitia que fossem reduzidas as taxas de juros das hipotecas no mercado primário.

O problema é que à medida que os investidores desses produtos financeiros exóticos buscavam o retorno, que se mostravam cada vez menores, continuavam a dar o mesmo tratamento de hipotecas convencionais. O mesmo ocorria com as agências de auditoria de risco, responsáveis, em última análise, pela avaliação desses produtos.

Todos os bancos e instituições financeiras de investimentos são obrigados a efetuar uma retenção em dinheiro de uma porcentagem de seus ativos negociados, de modo a evitar um excesso de alavancagem desses produtos. Essa retenção compulsória é definida por uma série de fatores, sendo o principal deles o nível de risco envolvido no investimento (PAULSON, 2010).

Investimentos em produtos lastreados em hipotecas eram considerados, até recentemente, em grande medida, os mais seguros, uma vez que os proprietários se empenhariam ao máximo para evitar a retomada dos seus imóveis pelos bancos por falta de pagamento das prestações do financiamento.

Hipotecas do tipo *subprime*, pelos motivos expostos estão bem mais sujeitas a inadimplência, porém esse risco é potencializado pelo impacto do chamariz das baixas taxas de juros promocionais para garantir a atratividade, bem como a inexistência de nenhum comprometimento inicial de capital, a título de entrada, por parte do tomador. Assim, ressalta-

se que não havia qualquer contrapartida inicial por parte do mutuário. Estava estabelecido o efeito de bomba-relógio atrelado a esses pacotes de investimento negociáveis, alavancados e com lastro em hipotecas de alto risco: os famosos ativos financeiros tóxicos (ROUBINI, 2010).

A massa crítica dessas hipotecas *subprime* começou a atingir o custo de financiamento equivalente às taxas de juros praticadas no mercado no final de 2006. A partir daí começaram a explodir as citadas bombas-relógio e a se alastrar o pânico.

O resultado imediato foi uma desvalorização crescente de ativos financeiros diretamente vinculados especificamente a hipotecas *subprime* e, indiretamente, por vinculação a ativos imobiliários em geral. Subitamente os investidores que possuíam nas suas carteiras esses títulos tóxicos procuraram reequilibrá-las, colocando-os à venda. A reação foi a intensificação da desvalorização e uma forte desconfiança do mercado em negociar esse tipo de produto financeiro. Agora, os portadores desses títulos tinham ativos de valor questionável que não podiam ser descartados por seus detentores.

Esse cenário desencadeou uma crise de liquidez nas instituições financeiras que atingiu inicialmente as instituições de investimento não-bancárias de pequeno porte, por serem particularmente vulneráveis a crises de liquidez.

Os bancos, regulados pelo Tesouro norte-americano, diferentemente, são compelidos a reter uma porcentagem de 10% dos depósitos para que tenham uma margem maior de manobra para cobertura de perdas desse tipo. Porém, as grandes instituições de investimento, que são reguladas pela Comissão de Câmbio e Valores mobiliários (SEC), são obrigadas a ter em reserva uma pequena soma em dinheiro que monta a menos de 1% do total de ativos negociados. Dessa forma, tinham um “colchão de segurança” muito menor que os bancos comerciais.

No final de setembro de 2008, as principais Instituições de investimentos de Wall

Street tinham falido¹⁰ (Bear Stearns e Lehman Brothers); ou forçadas a se converterem em bancos de varejo, de modo a se sujeitarem à autoridade regulatória do FED: como no caso da Goldman Sachs. Com isso, ao cabo de poucos meses tudo tinha mudado em Wall Street.

Neste ponto, o foco do interesse concentra-se na parte econômica do problema, uma vez que a partir deste ponto os reflexos da crise ultrapassaram as fronteiras de Wall Street e atingiram o sistema mais amplo (PAULSON, 2010).

Quando uma instituição de investimento enfrenta uma crise de liquidez, isso gera um impacto limitado aos seus acionistas. Porém, quando isso acontece no âmbito dos bancos comerciais os efeitos são muito maiores, geralmente avassaladores.

A forma tradicional de recomposição das reservas consumidas pela crise é a brutal e indiscriminada redução do crédito para empréstimos, bem como de forte retenção de capital até a recomposição dos níveis mínimos das reservas operacionais, isto é, uma crise de liquidez. Esse quadro configura uma situação de colapso do crédito generalizado, portanto uma crise econômico-financeira de alcance nacional.

O plano de injeção de liquidez de 700 bilhões de dólares do secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, visava a atingir o problema na sua raiz: a falta de liquidez dos produtos financeiros vinculados a hipotecas imobiliárias. A intervenção governamental consistiu na oferta de dinheiro vivo em troca desses ativos tóxicos. De uma só tacada os bancos afetados podiam livrar-se desses ativos de questionável valor, ao mesmo tempo em que recapitalizavam as suas combalidas reservas. Essa depuração das carteiras bancárias com tal volume dinheiro tinha o objetivo de descongelar o fluxo de crédito, garantindo que o sistema bancário voltasse às operações de empréstimo (PAULSON, 2010).

Logicamente, um plano dessa envergadura não é de simples execução, nem tampouco a resposta esperada do sistema é prontamente observada. Na prática, foram

¹⁰ Cf. Apêndice A.

necessárias semanas, somente para que o Departamento do Tesouro montasse uma equipe de funcionários *ad hoc*. Ademais, como o Tesouro não pagaria o valor de face de tais ativos tóxicos, foi necessária uma criteriosa seleção e avaliação desses ativos, de modo a permitir uma negociação para definição dos preços a serem ofertados.

Como o plano preconizava que Tesouro negociará esses ativos no futuro, o valor negociado dará margem ao contribuinte auferir lucro no longo prazo. Como parte dos acordos ficou estabelecido que o governo recebesse o controle acionário dos bancos contemplados com recursos federais, de modo a aumentar as chances futuras de recuperação de recursos do contribuinte pelo Tesouro.

Essa descrição do plano denota as várias camadas de complexidade envolvidas nessa negociação. Mesmo para uma nação do porte dos EUA, não é trivial injetar o volume de recursos da ordem de 700 bilhões de dólares no seu sistema financeiro num curto período de poucos meses (PAULSON, 2010).

O temor reinante reside no perigo de que a recessão, resultante da crise, que vem deprimindo a atividade econômica do país e o seu mercado de trabalho; deteriorando a capacidade de solvência da população ativa, volte a comprometer a saúde do sistema bancário nos mesmos moldes da crise do *subprime*. Com isso, transformaria um período recessivo normal em um problema sistêmico mais sério.

O epicentro da crise ocorreu nos EUA, que procuram colher os frutos das ações governamentais em andamento e que poderão vir a ser o marco inicial do fim dessa crise e o motor da economia norte-americana possa retomar a sua velocidade de cruzeiro.

Pelo exposto, fica claro que nenhuma crise econômica jamais poderá ser considerada como tendo acontecido no tempo certo, mas a que teve início em 2008 foi especialmente nociva para os EUA, que precisavam recuperar-se de um longo período de consumo desbragado, alimentada pelo acúmulo de grandes valores de dívida pública e

privada, sem a contrapartida de poupança interna (KRUGMAN, 2009).

Em contrapartida, o momento é menos negativo para a China, que precisava mover-se em direção oposta, poupando menos e consumindo mais: a China consumiu apenas 35% do seu produto interno bruto (PIB) em 2008, contra 45% em 1995, provavelmente o mais baixo do mundo, enquanto a sua quota de investimento (43% em 2008) é a maior da Ásia. Com isso, além da perspectiva imediata de gastos e de manutenção de subsídios por parte do Estado, o problema, em longo prazo, é a forma como os EUA emergirão da crise e como isso afeta o papel que esta potência pode desempenhar no mundo.

A crise econômica é centrada nos EUA, mas é indubitavelmente global¹¹ em seu alcance. Análises iniciais indicavam a China e o Japão, com suas grandes reservas em dólar (US\$ 2 trilhões e US\$ 1 trilhão, respectivamente), e outros fatores também pareciam oferecer-lhes proteção extra: baixa exposição ao crédito *subprime* dos EUA, baixa dependência de exportações de commodities, porcentagem elevada no comércio da região, sistemas bancários aperfeiçoados, e boa capacidade de colocar em prática de programas de estímulo.

Contudo, essas suposições demonstraram não ter sustentabilidade: por exemplo, o crescimento econômico da China caiu de um pico de quase 14% no segundo trimestre de 2007, para 6,8% no quarto trimestre de 2008; o da Índia mergulhou de 10% no final de 2006, para menos de 5,5% no último trimestre de 2008.

No final do primeiro trimestre de 2010, a notícia tem sido de uma tendência estabilização financeira nos EUA, e em outros países desenvolvidos, juntamente com o que a revista *The Economist* chamou de “A surpreendente recuperação da Ásia”. O emprego do termo descolamento (*decoupling*) com ênfase na superioridade dos fundamentos econômicos da Ásia, capitaneada pela China.

¹¹ WOLF, Charles. *Global Financial Crisis*. Disponível em < <http://www.ft.com/indepth/global-financial-crisis>>. Acesso em 20 de jul. 2010.

Seria uma ironia do destino se, depois de dar início à crise, fossem os EUA os primeiros a saírem dela (TREVERTON, 2010).

A crise será um teste da propalada resiliência da economia americana, refletida, por exemplo, em seu mercado de trabalho mais flexível e de uma maior facilidade conquista de novos mercados e do seu pujante empreendedorismo.

Estas fontes de resiliência serão reforçadas, tão logo os mercados de crédito comecem a se tornar acessíveis para o investimento produtivo em geral, e o perfil de consumo não seja deprimido por fatores como taxas de desemprego exacerbadas de longa duração e consequente redução dos níveis de consumo.

A necessidade de reestruturação da economia norte-americana era patente, porém não foi a causa imediata da crise financeira. Os EUA precisavam aumentar a poupança agregada (doméstica, corporativa e governamental) em cerca de 4 a 6% do PIB. Nesse processo, o persistente déficit em conta corrente deveria ser reduzido na mesma proporção. A realização dessa reestruturação, sem ser levado a entrar em uma grave recessão, acompanhada de deflação prolongada, envolve importante grau de complexidade, quer em termos econômicos ou, sobretudo, em termos políticos (KRUGMAN, 2009).

Ao se questionar qual país enfrentará o desafio de ajuste mais difícil, as apostas podem ter mudado também. No início de 2009, o desafio dos EUA parecia mais fácil do que o de outras grandes economias, incluindo a China, mas isso não é tão claro em 2010, dada a enorme dívida norte-americana que sofrerá o aumento de despesas que podem resultar da reforma do sistema de saúde recém-aprovada, como observou o analista Gregory F. Treverton:

No médio prazo, os governos irão intervir mais diretamente em questões econômicas, e assim a questão em longo prazo é se essa maior participação do setor público e da regulação será permanente, e, nesse caso, como o regime de regulação multilateral será ou deverá ser como o presidente francês, Nicolas Sarkozy, colocou no início da crise: "Le laissez-faire, c'est fini." (TREVERTON, 2010, p. 12)

O governo norte-americano nacionalizou efetivamente as duas maiores instituições detentoras e garantidoras de hipotecas residenciais, Fannie Mae e Freddie Mac, demitindo a administração anterior, nomeando um novo quadro mais conservador, cancelando os dividendos para os acionistas, e oferecendo garantias formais dos compromissos assumidos por aquelas organizações. Além de socorrer as três grandes fabricantes de automóveis, foi injetado capital em mais de vinte instituições financeiras, adquirindo participações em empresas nesse processo (KRUGMAN, 2009).

Em proporção ao tamanho da economia, as intervenções do governo britânico foram ainda maiores¹². A crise não só permitiu, mas exigiu cooperação das instituições internacionais (a cooperação com os aliados da OTAN, Japão, Coreia do Sul, bem como outros parceiros, em especial a China, geraram um ambiente propício à mitigação das incertezas).¹³

Os EUA sempre buscaram por cooperação internacional durante as crises econômicas do pós-guerra. Contudo, a divisão de encargos com esses países, juntamente com um processo de tomada de decisões mais equilibrado, devem acentuar a posição dos EUA como detentor da maior parcela de participação, como forma de proteção em um cenário de incertezas econômicas, permeado pelo risco de divisões políticas contraproducentes (ROUBINI, 2010).

No auge da crise, a realização da conferência do Grupo dos 20¹⁴, em Washington, foi um prenúncio do futuro: os EUA resistiram à inclinação para lidar com as crises da forma antiga, tendo apenas como interlocutores a União Europeia, Japão e FMI. Ao invés, os poderes dos países emergentes foram representados de forma mais equilibrada.

¹² WOLF, Charles. *Global Financial Crisis. Financial Times*.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ O G-20 tem uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo atualmente integrado por 23 Membros: 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

4 PRINCIPAIS ATORES DA ORDEM GLOBAL NO SÉCULO XXI

No elenco das personagens que moldaram a geopolítica da primeira década do século XXI, Osama bin Laden e George W. Bush destacam-se. O ataque terrorista da Al Qaeda em 11 de setembro de 2001 parecia descrever um novo desafio épico ao irrefreável crescimento do Ocidente após a debacle do comunismo. A resposta do presidente dos EUA definiu, em primeiro lugar, o alcance e, a partir daí, os limites da estrutura do poder norte-americano (ADLER, 2006).

A essa lista poderíamos adicionar Vladimir Putin que vem recuperando o orgulho ferido da “Mãe Rússia” e agora planeja reconquistar a presidência. No entanto, nem os elevados preços do petróleo¹⁵, nem a sua postura assertiva têm conseguido reverter a subjacente trajetória de declínio russo (FRIEDMAN, G., 2009).

Oito anos após a destruição das torres gêmeas de Nova York, o Afeganistão e o Paquistão continuam sendo o centro nervoso de um conflito enraizado em estados fraturados, marcados pelo extremismo violento e pela luta generalizada contra a modernidade.

Bin Laden escapou de ser capturado, Barack Obama, o sucessor de Bush, enfrenta na guerra contra os talibãs, o mais perigoso inimigo de sua presidência, que foi colocada à prova nas eleições de meio de mandato, em novembro de 2010. O risco de armas não-convencionais caírem nas mãos dos jihadistas amplia as apreensões ocidentais: um exemplo eloquente é o arsenal nuclear em poder do Paquistão (TREVERTON, 2010).

Por tudo isso, tem havido expressivas e mais duradouras mudanças no cenário global. Vistos através das lentes da história, Bin Laden e Bush Jr. podem vir a se tornar atores de menor vulto em uma era de turbulentas mudanças de curso. Os grandes confrontos das

¹⁵ WOLF, Charles. Global Financial Crisis. Disponível em < <http://www.ft.com/indepth/global-financial-crisis>>>. Acesso em 20 de jul. 2010.

próximas décadas estão mais propensos a se darem entre os Estados, do que entre ideologias. As tensões que prevalecerão serão polarizadas entre cooperação versus competição; regras de governança versus anarquia; entre a ordem e a desordem (KHANNA, 2009).

A ascensão da Ásia, com a China como figura de proa, mapeia a mais óbvia das mudanças geopolíticas. Na virada do milênio, a discussão girava em torno de um mundo unipolar, em que a hegemonia dos EUA projetava-se em um futuro a perder de vista. A velocidade impressionante da industrialização da China tem ultrapassado todas as expectativas. Em um curto período da história, o ritmo da guinada do poder do Ocidente em direção ao Oriente tornou-se o inquietante fato central do quadro geopolítico nos dias que correm (TREVERTON, 2010). Não se trata apenas da China. A Índia tem feito sentir a sua presença, a despeito de que muitos de seus líderes políticos ainda se agarrem a uma mentalidade de nação de país subdesenvolvido.

Depois de um século ou mais como uma “promessa de poder”¹⁶, o Brasil pode, finalmente, ter em vista seu destino de potência, além dos seus limites regionais (KHANNA, 2009).

Indonésia, África do Sul, México e, no contexto ameaçador de suas ambições nucleares, o Irã, estão entre aqueles que buscam o devido reconhecimento de suas prerrogativas emergentes nos fóruns mundiais.

A crise financeira internacional de 2008 provou que o mundo tem multiplicado as instituições multilaterais surgidas na segunda metade do século XX. Com efeito, a fartura de crédito barato, que viu a bolha global estourar, nasceu da determinação da Ásia em se libertar da tutela econômica Ocidental representada pelo Consenso de Washington.

As velhas potências ainda se reúnem no Grupo dos Oito (G8),¹⁷ mas essas reuniões foram eclipsadas pelas do G20, mais inclusiva. Com a União Europeia cortejando o

¹⁶ GIAMBIAGI, Fabio; BARROS, Octavio (Org.). *Brasil pós-crise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 344 p.

¹⁷ **Grupo dos Sete** e a Rússia (inglês: *Group of Seven and Russia*, alemão: *Sieben führende Industrieländer und Russland*, antigo G7), mais conhecido como **G8**.

declínio de sua relevância geopolítica, as discussões agora se dão em torno do G2, composto por EUA e China. Tais cenários são, na melhor das hipóteses, prematuros: uma das grandes lições da última década foi que o mundo não se move por linhas retas de previsibilidade (NYE, 2002).

Os dignitários do governo chinês consultados são muito mais pessimistas sobre as perspectivas propaladas acerca do seu país do que os seus admiradores ocidentais.

Por dois séculos, os limites do poder global foram estabelecidos pelo Oceano Atlântico. Agora eles estão sendo delineados pelo Pacífico.

Também houve imprevistos e transtornos no âmbito das nações emergentes. Enquanto o crescimento econômico tem livrado centenas de milhões da pobreza, rápidos avanços na tecnologia das comunicações levaram a política para as longínquas regiões rurais. Zbigniew Brzezinski¹⁸, conselheiro de segurança nacional do ex-presidente Jimmy Carter, denominou esse fenômeno como “o despertar político global”.

Autocratas de todas as partes, inclusive da China, acabarão por sentir essas consequências. A televisão via satélite e a internet podem, um dia, serem vistas como o marco do início de uma jornada rumo ao que se poderia definir como democracia global. Contudo, no curto prazo, as consequências desse despertar podem ser perigosamente desestabilizadoras.

Seria um erro imaginar que a migração do poder para o Oriente seja um precursor de um conflito inevitável entre o Ocidente e o que alguns analistas têm designado como sendo “o resto”. Ao contrário, as rivalidades do futuro provavelmente se darão em maior proporção entre os Estados emergentes do que entre potências já estabelecidas e as emergentes (TREVERTON, 2010).

A Ásia dos dias que correm guarda uma preocupante semelhança com a Europa do século XIX - uma região que ainda não ultrapassou o rancor semienterrado do passado,

¹⁸**Zbigniew Kazimierz Brzezinski** : cientista político, geopolítico e estadista estadunidense, de origem polonesa. Brzezinski serviu como Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América durante a presidência de Jimmy Carter, entre 1977 e 1981.

nem dirimiu os antigos conflitos étnicos e disputas de fronteiras. Acalenta-se a esperança de que o mundo tenha superado os conflitos entre as grandes potências que assombraram o século XX. Mas se esta esperança se provar descabida, é mais factível imaginar uma guerra entre a China e a Índia, do que uma entre os EUA e a China (FRIEDMAN, G., 2009).

Apesar de todas as incertezas reinantes, vivemos tempos atipicamente pacíficos. Um número menor de pessoas está sendo morta em guerras, desde 1945.

Com pouco mais de um ano de sua administração, o governo dos EUA sofre críticas por não conseguir neutralizar alguns dos desafios mais perigosos: o programa nuclear iraniano, o conflito árabe-israelense e o expansionismo da Rússia. A verdade é que muitos desses problemas, na melhor das hipóteses, poderiam tão somente ser contidos.

O Presidente Obama conseguiu captar uma verdade essencial sobre o mundo multipolar emergente: se os EUA querem manter-se como garantidores essenciais da segurança global - e para isso não há alternativa - o poder norte-americano deve incorporar novas coalizões multilaterais. Ao compreender os limites do alcance da projeção de poder dos EUA, o presidente pode ainda conseguir mantê-la (TREVERTON, 2010).

Os resultados da reunião de cúpula de Copenhague, em 2010, causaram um desapontamento generalizado, mas a gravidade das discussões sobre o clima do planeta aponta para o reconhecimento da interdependência de todos os atores internacionais.

A escolha agora se divide entre um mundo em que os Estados poderosos são colocados em xeque pela opção do multilateralismo cooperativo, ou pela opção na qual será dilacerado em um confronto de nacionalismos obtusos: “Nesta década houve espaço para muitas mudanças; na próxima será colocada à prova se as grandes potências – antigas e emergentes – serão protagonistas ou vítimas de uma nova ordem mundial” (KHANNA, 2010 p. 31).

5 RECESSÃO GLOBAL *VERSUS* GEOPOLÍTICA MUNDIAL

“Em 12 de fevereiro de 2009 a principal preocupação de segurança dos EUA, em curto prazo, referia-se à crise econômica global e as suas implicações geopolíticas”, afirmou o Diretor de Inteligência Nacional, Dennis Blair, no seu depoimento perante o Comitê de Inteligência do Senado norte-americano¹⁹. A preocupação de Blair refletia uma enorme quantidade de artigos nos dias que correm sobre geopolítica e a recessão mundial, muitos dos quais previsões de devastadoras consequências, de longa duração, para o sistema internacional. No mínimo, tais declarações de cunho catastrófico devem ser tomadas como deveras prematuras (ROUBINI, 2010).

Tendo sido estabelecida a ambiência global e seus atores de ponta, este trabalho passa a examinar as possíveis alterações geopolíticas que poderiam ter sido causadas pela recessão econômica global decorrente da crise de 2008, ou seja, alterações estruturais duradouras no sistema internacional. Neste contexto, entende-se a Geopolítica como sendo a arte e prática da aplicação do poder pelas nações no domínio internacional, termo cunhado por Rudolf Kjellén, o eminente cientista político sueco do início do século XX.

Cabe frisar que as tendências geopolíticas e conjunturas econômico-financeiras já em curso, logo, anteriores à recessão mundial, bem como os eventos transitórios causados por esta crise, eventualmente poderão ser comentadas, contudo não constituem o fulcro deste trabalho.

Reforçando a importância do assunto em questão, o grande historiador britânico John M. Roberts escreve que “Conquanto o inesperado seja um dos possíveis desdobramentos da história, as surpresas sempre têm as suas histórias”²⁰. Estudar as raízes históricas torna-se uma prática valiosa, pois nos auxilia na explicação das sutis discontinuidades, logicamente

¹⁹ Citado por TRUMAN, Edwin. *The International Financial System in the Era of the Credit Crunch*.

²⁰ Texto original em inglês: “however startling may be some of the ways in which history unrolls, surprises always turn out to have their histories”.

relacionadas com o que veio antes delas. Isso nos permite identificar a existência de conexões causais presentes e futuras entre o declínio econômico global que se seguiu à crise de 2008 e os seus possíveis reflexos na geopolítica mundial. Eis o problema proposto neste trabalho.

Uma vez que as consequências geopolíticas do mundo, sob os impactos econômico-financeiros da recessão, obviamente, dependem crucialmente de quanto tempo perdurará essa recessão global. O prognóstico posto aqui é que, liderados pelos EUA, o declínio no nível macro vai acabar, tecnicamente, na primeira metade de 2010²¹. Obviamente, se a deterioração for mais duradoura ou se transformar em uma depressão global, conseqüentemente serão necessários ajustes estruturais básicos (TREVERTON, 2010).

Recessões anteriores que afetaram os EUA podem guardar lições aplicáveis ao cenário que inclui a atual recessão: de 1945 a 2009, a Agência Nacional de Pesquisa Econômica norte-americana catalogou 12 recessões, com duração média de dez meses cada²², excluindo a atual.

Quando questionamos se alguma dessas crises econômicas ocorridas nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, resultou em profundas alterações estruturais na ordem internacional, ou seja, numa relevante e duradoura mudança no comportamento individual das nações, não se consegue apontar nenhum caso conspícuo.

Entretanto, em consonância com a abordagem deste trabalho, em algumas ocasiões os acontecimentos geopolíticos causaram efetivas crises econômicas. Um exemplo didático dessa assunção é a Revolução Iraniana, em 1979, que resultou em um forte aumento no preço do petróleo, que, por sua vez, produziu uma crise energética internacional. Esse cenário, agregado a uma apertada política monetária praticada pelo FED, levou os EUA a um

²¹ Prognóstico conservador feito pela *Association for Business Economics*, em maio de 2009. (“*Survey: Most Economists See Recession End in '09*,” *Associated Press*, May 27, 2009.)

²² National Bureau of Economic Research, “Business Cycle Expansions and Contractions”. Disponível em: <<http://www.nber.org/cycles.html>> . Acesso em 12 de jul. 2010.

período de acentuada recessão. Assim, cabe agora alinharmos as respostas para a seguinte questão crucial: quais são os efeitos da crise econômica global observados até agora?²³

-Resultaram em fortes complicações na política doméstica de alguns governos, além dos EUA (Islândia, Letônia, Estônia, Hungria, e da República Checa, com outros mais por vir).

-No Terceiro Mundo haverá mais pobreza, mais doenças, mais crime, mais ondas de migração, e mais conflitos de âmbito militar.

-Foram desencadeados protestos e violência de rua em vários países, como já ocorreu na Grécia, China, Haiti, Letônia, Bolívia, Bulgária, Rússia, Itália, Irlanda, Islândia, e da Lituânia.

-Aumentou o questionamento do modelo econômico ocidental pelos países emergentes. Exemplo disso é caso do presidente Lula, quando afirmou que “esta crise foi causada pelo comportamento irracional de pessoas brancas de olhos azuis, que antes da crise pareciam saber tudo e agora demonstram que não sabem nada”²⁴.

-Animou ideologias de esquerda, a partir de novas contradições do sistema capitalista (WOLF, 2010).

-Irá, com o passar do tempo, tornar o G-20 mais influente que o G-8, que, aliás, não está demonstrando muito a sua relevância no panorama global (KHANNA, 2008).

-Espera-se, para a próxima década, uma ligeira aceleração no poder de influência dos países emergentes nas organizações internacionais, começando pela redistribuição dos direitos de voto no FMI. Contudo, não se vislumbra uma factível reforma do Conselho de Segurança da ONU. Isso resultará em maior participação governamental na regulação dos mercados financeiros nacionais e internacionais, como o ocorrido nos EUA em julho de 2010

²³ TREVERTON, Gregory F. Making policy in the shadow of the future. Disponível em <<http://www.rand.org>>. Acesso em 31 de jul. 2010.

²⁴ Citado por: James Chapman, “‘White, Blue-Eyed Bankers Have Brought World Economy to Its Knees’: What the Brazilian President Told Gordon Brown,” *Mail Online*, March 27, 2009.

-Tem provocado mais pressões sobre os orçamentos de defesa na maioria das nações. Inicialmente, aumentou o protecionismo do comércio mundial. Outro efeito foi uma atenuação dos esforços, em todo o mundo, para redução das emissões de carbono prejudiciais ao meio ambiente (TREVERTON, 2010).

É, sem dúvida, uma lista desencorajante de desdobramentos. No entanto, a questão-chave é se este conjunto de eventos combinados será capaz provocar qualquer alteração estrutural importante na política global em longo prazo? A resposta, longe de ser trivial e se constitui no fulcro deste trabalho.

A leitura da história sugere que existem eventos que, por sua natureza transcendente, têm o poder de alterar fundamentalmente o sistema internacional (FRIEDMAN, G., 2009):

-A Revolução Francesa trouxe Napoleão e vinte anos de guerra na Europa.

-A Revolução Bolchevique deu início ao Império soviético e aos setenta anos do regime comunista na Rússia.

-A Grande Depressão reforçou o colapso da República de Weimar e o advento de Adolf Hitler e, com ele, a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

-A Segunda Guerra Mundial selou a derrota da Alemanha e do Japão (e posterior ocupação por potências estrangeiras), alterando profundamente o perfil das relações internacionais desses países.

-A vitória comunista na China, em 1949, lança uma política externa chinesa inteiramente diferente, a qual vem logrando êxito há décadas.

-A Reunificação Alemã resulta no final do Império Soviético no Leste e Europa Central e, em 25 de dezembro de 1991, quando Mikhail Gorbachev, em um pronunciamento de doze minutos transmitido pela TV, anuncia sua renúncia e a consequente, “desintegração” da URSS. Simultaneamente, o pavilhão vermelho soviético é retirado da cúpula do Kremlin e, meia hora depois, é içada a bandeira tricolor da Rússia.

Haverá correspondentes modificações substanciais na arte e na prática do poder na política mundial como consequência da atual crise econômica? Com o suposto comentário do Primeiro ministro chinês Zhou Enlai (Chou Enlai) sobre o significado da Revolução Francesa: “é muito cedo para dizer”. Em alguma medida é possível afirmar que há sinais de que, como resultado da crise econômico-financeira, mudanças geopolíticas estão em curso?

Muitos dos que profetizam tais deslocamentos internacionais, ora usam exemplos pinçados da política mundial periférica (queda do governo na Hungria, aprofundamento da tragédia humanitária no Sudão), ora exercitam a previsão da ocorrência de espasmos na geopolítica (implosão da China, debacle dos EUA), porém não efetivamente constatados até o momento (TREVERTON, 2010). Além disso, o ser humano, naturalmente, tende, muitas vezes, a exagerar a importância do que lhe está acontecendo, em qualquer particular momento. Uma vez que isto se aplica em política internacional, o embaixador Lampreia nos faz uma advertência útil:

Desde o final da Guerra Fria, tornou-se lugar-comum dizer que o mundo vive um período de transição. Na realidade, as pessoas têm uma tendência compreensível a valorizar o período de que são contemporâneas. Afinal, não deixa de ser estimulante imaginar que a História irá registrar, como decisivos, acontecimentos a que assistimos, ou dos quais participamos de alguma maneira (LAMPREIA, 1999, p. 328).

Passemos a algumas interrogações contrafactuais de cunho hegeliano²⁵, apenas para auxiliar a exposição da hipótese, condicionando-se que a moldura temporal se desloque

²⁵ NYE, Joseph S. Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história*.

do tempo presente para cinco anos no futuro. A questão busca responder se houve efeitos geopolíticos duradouros produzidos pela atual crise econômica, e, no caso de existirem, quais poderiam ser?

Como foi ressaltado anteriormente, isto provavelmente implicaria mudanças conspícuas nas políticas externas e relações internacionais das grandes potências mundiais, especialmente nas políticas de Estados Unidos, China e Rússia; e a partir destes, em relação ao mundo (FRIEDMAN, 2007).

Não há dúvidas que também deveriam causar alterações numa série de outros assuntos, incluindo a aceleração da proliferação nuclear, nomeadamente no Irã e na Coreia do Norte. Provavelmente em substanciais mudanças no futuro do Paquistão, Afeganistão, Iraque, México, Índia; e em aliados de longa data dos EUA, como Japão e União Europeia. Igualmente, o agravamento de problemas obstantes aos esforços internacionais, como o processo de paz no Oriente Médio (ADLER, 2006).

Em busca do objetivo proposto, passaremos a efetuar um breve vislumbre em cada uma dessas possíveis mudanças estruturais, logo, geopolíticas, no contexto da ordem mundial vigente, apresentado nos capítulos anteriores:

-Inicialmente, os EUA, cinco anos, a partir de hoje: a recessão global, advinda da crise de 2008, terá o poder de enfraquecer a vontade política dos EUA para, em longo prazo, na defesa seus interesses externos? Muitos analistas já estão prevendo um "Sim" para essa questão. Como resultado do que eles veem como a perda da confiança internacional no modelo de economia mercado e na liderança dos EUA²⁶, afirmam frequentemente que a influência de Washington nos assuntos internacionais está em declínio. Para alguns, o desejo

²⁶ KRUGMAN, Paul R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*.

com base ideológica é o elemento formador desse pensamento. Mas para que possa ser validado devemos apontar as evidências empíricas.

Do Sul da Ásia, por meio das relações com a China e Rússia, passando pelo processo de paz no Oriente Médio, pela negociação com as ambições nucleares do Irã e da corrida armamentista nuclear e atividades belicosas com emprego de mísseis de longo alcance pela Coreia do Norte, através do enfrentamento das crises humanitárias na África e da instabilidade na América Latina, os EUA ainda mantêm uma incontestável liderança das iniciativas diplomáticas.

Neste sentido, seria uma tarefa difícil consubstanciar uma acusação de passividade diplomática da administração norte-americana. Na verdade, em vez disso, poderíamos, concluir que em meio da atual turbulência econômica, os países estão buscando mais, e não menos, contar com suas confiáveis conexões norte-americanas (TREVERTON, 2010). Em todo caso, muitas vezes subestimam frequentemente a capacidade de sobrevivência dos EUA. A este respeito, George Friedman,²⁷ no recente livro, “Os Próximos dos Cem Anos”, defende a sua posição em afirmar que os EUA vão continuar sendo uma força dominante no século XXI, como foi na última metade do século XX. Então, mais uma vez, aqueles que preveem hoje, como aqueles têm feito a cada década, desde 1945, a decadência e o retrocesso norte-americano estarão ainda aguardando a concretização de tais presságios: De John Flynn, em 1955, com “O Declínio da República Americana e Como Reconstruí-la, a Paul Kennedy, em 1987, com “A Ascensão e Queda das Grandes Potências, até Andrew Bacevich, de 2008, “Os limites do Poder: O Fim do Excepcionalismo Americano”, até Godfrey Hodgson, em 2009, com “O Mito do Excepcionalismo Americano”

²⁷ FRIEDMAN, George. The next 100 years: a forecast for the 21st century. New York: Doubleday Publishing Group, 2009. 255 p.

e muitas dezenas de livros com mensagens semelhantes em todos eles (FRIEDMAN, G., 2009).

Na verdade, as políticas da administração Obama, bem ou mal, são susceptíveis a terem maior influência sobre o real poder de projeção geopolítica dos EUA, em longo prazo, do que propriamente o abalo econômico iniciado em 2008. Isso não significa que tais reflexos não tenham sido importantes, porém não são providos de densidade geopolítica.

Para resumir, sobre o agravamento da economia global e dos Estados Unidos, o ex-presidente do Conselho de Relações Exteriores dos EUA, Les Gelb, em seu livro, “Regras do Poder: Como o Bom senso pode Resgatar a Política Externa Americana”, insiste em que o poder de uma nação é o que sempre foi, essencialmente, a capacidade de levar as pessoas a fazerem o que não querem fazer, por pressão e coação; usando a posição e os recursos disponíveis.

O mundo, no que tange à geopolítica clássica, logo, realista, não é plano: a forma do poder global é piramidal, com os EUA sozinhos no topo, uma segunda camada de países relevantes (China, Japão, Índia, Rússia, Reino Unido, França, Alemanha e Brasil), e várias ordens dos demais em direção à base. Dentre todas as nações, só os Estados Unidos podem ser definidos como uma verdadeira superpotência de alcance global (TREVERTON, 2010).

Li Kuan Yew²⁸, ex-primeiro-ministro da República de Cingapura, tende a concordar:

“Após a crise, é mais provável que os EUA se mantenham no topo de cada índice de poder nacional por décadas. Ele permanecerá um global player dominante pelas as próximas décadas. Nenhuma questão considerada importante em relação à paz internacional e estabilidade global podem ser resolvidas sem a liderança dos EUA. Agregado ao fato de que nenhum país ou bloco tem o poder hoje para substituir a América como o poder dominante global.”

²⁸ Original em inglês: Li Kwan Yew, Minister Mentor, “The Fundamentals of Singapore’s Foreign Policy: Then and Now,” speech at the S. Rajaratnam Lecture, Singapore, April 9, 2008.

A crise econômico-financeira alterou essa realidade. O modelo capitalista de mercado vai adaptar-se às novas realidades e continuará a dominar a economia internacional. O corolário dessa realidade é o fato de que a China e a Índia adotaram suas próprias versões desse modelo.

-Agora, abordando a influência da China: de novo, cinco anos a partir de hoje. Será que a recessão vai prejudicar o domínio do Partido Comunista na República Popular da China (RPC)? A resposta é não. Mais uma vez, como Li Kuan Yew salientou no mesmo recente discurso, “A China tem se mostrado um país de política externa pragmática, flexível e adaptável. Os chineses têm sobrevivido a graves crises: o Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural. Poucas sociedades foram tão atingidas de forma tão profunda. Essas são razões para não adotarmos uma postura pessimista”.

- Será que a crise tornou Washington mais disposto a ceder à ascensão do poder chinês por causa dos títulos do tesouro em poder da RPC? Não.

- Será que a crise vai alterar a direção básica da política externa da China e, especialmente, os seus esforços, decorrentes de suas próprias análises estratégicas, para minarem o sistema norte-americano de alianças na Ásia? Não.

- Será que esta crise provocará uma transformação essencial da estrutura de segurança da Ásia? Não.

Transpostos óbices, após óbices, ao longo dos últimos 30 anos, chegou a vez da China: é a segunda potência mundial mais importante, tendo ultrapassado o Japão no segundo

semestre de 2010²⁹. Em 2007, contribuiu mais para o crescimento global do que os EUA. Há poucas dúvidas que tenha sido o primeiro país a se descolar da crise de 2008 (WOLF, 2010).

A China tirou 400 milhões de pessoas da pobreza nos últimos trinta anos: um feito verdadeiramente notável, já tendo ultrapassado a Rússia como o segundo maior orçamento de defesa, depois dos Estados Unidos. Com efeito, a China agora também lidera a emissão de dióxido de carbono (ROUBINI, 2010). Foi o principal negociador das conversações a seis sobre a Coreia do Norte. Reforçada pela sua sofisticada, confiante e assertiva diplomacia, é a nação mais agressiva na busca de energia e recursos minerais estratégicos no mundo. Sob qualquer ponto de vista, estas são estatísticas extraordinárias.

Não obstante, a China também tem grandes vulnerabilidades: continua a ser governada por um regime autoritário. O Partido Comunista tem pouca legitimidade no seio da sociedade chinesa. Assim, parece duvidoso que a liderança comunista tenha “o mandato divino”, junto ao povo da China (TREVERTON, 2010).

A reforma política se move a passos de tartaruga, e a cada ano existem dezenas de milhares de protestos de camponeses. O processo de descentralização política do poder em direção a níveis regional e local é prevalente na China. Desde gases de efeito estufa, até a coleta de impostos, os decretos do governo central são muitas vezes literalmente ignorados. As diferenças entre ricos e pobres crescem de forma dramática, assim como as disparidades regionais, notadamente entre o litoral populoso e o interior agrário, bem como a parte ocidental do país. Cerca de 140 milhões de jovens engrossam as ondas migratórias que vagam pelas cidades da China. A população chinesa envelhece rapidamente. Há uma séria escassez de recursos internos de energia e abastecimento de água, sem falar no crescente

²⁹ WOLF, Charles. Global Financial Crisis. Disponível em < <http://www.ft.com/indepth/global-financial-crisis>>>. Acesso em 20 de jul. 2010.

aprofundamento da degradação do seu meio ambiente em consequência do descontrolo do crescimento industrial (KRUGMAN, 2009).

A despeito destas realidades preocupantes, algumas previsões davam como certa uma mudança de guarda na liderança internacional dos Estados Unidos para a República Popular da China, com esta tornando-se a superpotência dominante.

As primeiras previsões nesse sentido datam de 500 anos atrás. Novamente, isto ainda não tem respaldo factual. Analisando com mais cuidado os números³⁰ verificaremos que a economia chinesa é inferior a um quarto da dos Estados Unidos. Em 2007 (o último ano para o qual existem dados confiáveis disponíveis), o PIB da China em dólares foi de 23% do PIB dos EUA. Em termos ajustados para a constante Paridade de Poder de Compra (PPC; valor médio do dólar em 2005) era de quase 52%. Embora o PIB agregado da China seja superior em 20% ao PIB dos EUA, seu PIB per capita está bem abaixo. Em valores correntes é ligeiramente superior a 5% do norte-americano. Em termos de PPC, foi de quase 12% (FRIEDMAN, 2007).

- Será que a atual crise econômica de 2008 irá modificar o objetivo da China de, em longo prazo, enfraquecer o sistema de alianças dos EUA na Ásia, a única coalizão potencial que pode ser empregada para equilibrar o crescimento do poder chinês? Não.

Nesse contexto, parece provável que a RPC não poderá mais contar com os EUA como elemento com poder de induzir uma restrição orçamentária relativa aos gastos em defesa do Japão. Em face da impressionante reconstrução militar e modernização das Forças japonesas, em andamento desde a última década, Pequim concluiu, há alguns anos, que não tendo mais os EUA como moderador do crescimento militar do Japão seria necessário evoluir

³⁰ FRIEDMAN, George. The next 100 years: a forecast for the 21st century. New York: Doubleday Publishing Group, 2009. 255 p.

e adaptar sua política para essa nova realidade regional. Assim, o objetivo de longo prazo da RPC é criar estruturas regionais paralelas que excluam os EUA, notadamente a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)³¹. Ao mesmo tempo, alternadamente, pressiona e tenta cooptar o Japão, bem como o engajamento da Coreia do Sul e Sudeste asiático. Nenhum desses elementos relativos às intenções geopolíticas de longo prazo da China parece ter muito a ver com o atual enfraquecimento econômico mundial resultante da crise de 2008 nos EUA (TREVERTON, 2010).

Por outro lado, podemos questionar se a corrente crise econômica mundial mudará as relações entre a China e os EUA numa direção muito mais positiva e cooperativa, produzindo o que alguns estão chamando um transcendente G-2? Isso parece pouco provável, pelas seguintes razões³²:

- Estados Unidos e China têm visões muito diferentes acerca da segurança asiática. Para Washington, a manutenção de suas alianças estratégicas na Ásia constitui o centro de seu conceito de segurança naquela região. Para Pequim, tal aliança é um fator de desestabilização na segurança daquela região e, ao longo do tempo, deve ser sistematicamente desestruturada. Estes conceitos diametralmente opostos serão uma fonte de permanente tensão entre os dois pólos (FRIEDMAN, G., 2009).

- Esses dois países diuturnamente preparam-se para a guerra mútua, como refletem as suas doutrinas militares, suas aquisições de equipamentos bélicos e programas de modernização das forças. Igualmente, suas movimentações e exercícios militares. Conquanto

³¹ A **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (ANSA/ASEAN) é uma organização regional de Estados do Sudeste asiático que foi constituída em 8 de agosto de 1967. Os principais objetivos da ASEAN são acelerar o crescimento econômico e fomentar a paz e a estabilidade regionais. A sede e secretariado permanente encontram-se em Jacarta.

³² TREVERTON, Gregory F. Making policy in the shadow of the future. Disponível em <<http://www.rand.org>>. Acesso em 31 de jul. 2010.

este seja o caso, constitui-se numa formidável barreira psicológica e material para que venham a tornar viáveis relações bilaterais mais estreitas e cooperativas (BLACKWILL, 2009).

- Os Estados Unidos são críticos do modelo chinês de captação de recursos externos, considerado por demais agressivo. Washington acredita que essa política poderia ameaçar os interesses econômicos e de segurança dos EUA nos países em desenvolvimento. Haja vista o modelo em execução na África (TREVERTON, 2010).

- Apesar da profunda dependência econômica mútua, as relações econômicas China-EUA são inerentemente frágeis. A China vende muito para os EUA e compra muito pouco. Os EUA poupam muito pouco e buscam a enorme poupança interna da China. Este cenário conduz, inevitavelmente, a uma reação norte-americana e uma preocupação chinesa com o montante dos seus investimentos nos EUA (KHANNA, 2008).

- A política ambiental chinesa, enfrentará crescentes problemas, tanto para os formuladores de políticas dos EUA, que estão comprometidos em incluir a China plenamente nos esforços mundiais para redução da degradação do clima, bem como para os líderes chineses que estão determinados a priorizarem o crescimento da economia doméstica em detrimento da prática de políticas internacionais sobre o clima.

- A China e os EUA têm arranjos políticos internos totalmente diferentes, o que torna muito difícil a gestão sustentável de uma coalizão (TREVERTON).

Americanos continuarão a se preocupar com os direitos humanos na China, e Pequim continuará a se ressentir com o que considera como sendo uma ingerência norte-americana nos seus assuntos domésticos. Este será um entrave às relações bilaterais num futuro previsível.

- E, por último, qualquer aplicação entendida por Washington da “Chimerica”³³, como Schularick Moritz da Universidade Livre de Berlim chamou-a, seria tão alarmante para os aliados asiáticos dos EUA, começando pelo o Japão, que os EUA abdicariam desse conceito rapidamente. No entanto, esses fatores são pouco prováveis de conduzirem a um esfriamento substancial nas relações bilaterais EUA-China. Além de sua interdependência econômica, ambas as nações têm motivos importantes para manterem uma interação mais ou menos estável. Enquanto Washington quer concentrar-se em seus muitos problemas no resto do mundo, especialmente no Oriente Médio, Pequim prefere manter seu foco em seu próprio desenvolvimento econômico e estabilidade política. Tampouco querem que a relação bilateral saia dos trilhos (KHANNA, 2008).

Em suma, um avanço estratégico positivo na relação ou uma deterioração grave na interação bilateral EUA-China parecem duvidosos no futuro próximo. E a atual desaceleração econômica não vai afetar, essencialmente, os fatores limitativos dois lados. Assim, o relacionamento EUA-China nos próximos cinco anos provavelmente será muito parecido com o que existe hoje: parte cooperação, parte competição e parte desconfiança. Pouco sendo afetado pelos problemas causados pela turbulência econômica causada pela crise de 2008, exceto no caso improvável de um confronto na região do Estreito de Taiwan (FRIEDMAN G., 2006).

-Agora, abordando a posição da Rússia³⁴. Mais uma vez, cinco anos a partir de hoje: será que a recessão global e os graves problemas econômicos correntes na Rússia modificarão substancialmente a sua política externa? Não. (Presidente Obama concluiu a sua visita a Moscou no início de julho de 2010; nada de fundamental resultou da sua visita).

³³ “Superfusão” (“Chimerica”): descreve como a “relação única entre a China e os EUA se tornou o eixo da economia mundial.”

³⁴ TREVERTON, Gregory F. Making policy in the shadow of the future. Disponível em <<http://www.rand.org>>. Acesso em 31 de jul. 2010.

-Será que a situação econômica mundial produziu um relevante enfraquecimento do poder e autoridade de Vladimir Putin na Rússia? Não, como deixaram patentes as pesquisas recentes na Rússia.

-Será que se reduziram as preocupações e capacidade da Rússia em se opor ao avanço da OTAN e das estruturas de defesa para o oriente? Não.

-Será que afetou muito a disposição da Rússia para aceitar as sanções muito mais duras contra o Irã? Não. O Ministro do Exterior russo, Sergei Lavrov, disse não haver nenhuma evidência de que o Irã pretenda construir armamento nuclear.

Assim, a política externa russa está hoje em um caminho estável e consistente, que pode ser caracterizado como o seguinte: para ressuscitar a posição da Rússia como grande potência; para restabelecer a antiga influência russa sobre o espaço da antiga União Soviética; para resistir aos esforços ocidentais no avanço sobre o espaço da antiga União Soviética; para reviver o poderio militar e de projeção de poder russos; para estender o alcance da diplomacia russa na Europa, Ásia, e mais além, para opor-se à primazia global norte-americana. Para Moscou, esses princípios de política externa vitais estão aqui para ficar, pois eles têm existido na Rússia há séculos. Nenhum destes objetivos permanentes da política externa da Rússia é suscetível de ser alterado substancialmente por qualquer grave crise econômica, mormente a de 2008.

-Será que a desaceleração econômica e a consequente recessão global vão levar a alterações estratégicas significativas no que tange à forma como o Japão vê o mundo? Não.

-Será que ele diminuirá o ritmo de crescimento da Índia como uma potência emergente de grande poder? Não. Pelo contrário, o novo Congresso eleito em Nova Deli vai acelerar esse processo.

-Será que vai alterar a aparente determinação do Irã na busca de capacidade nuclear ou algo parecido? Não. Teria sido uma das principais causas da recente crise interna de instabilidade no Irã, após a eleição presidencial de 2009? Não.

Será que vai acelerar ou moderar a intenção dos Estados árabes moderados de se moverem em direção à capacidade nuclear? Não.

-Será que ele afetará a desestabilização causada na região pela diplomacia nuclear da Coreia do Norte? Não.

-Será que causará importante enfraquecimento na construção de uma reconciliação política no Iraque? Não, até porque, a propósito, já não há quase nenhuma.

-Será que freará o processo de negociação da paz no Oriente Médio? Não, sobretudo porque as perspectivas de progressos em questões entre Israel e os palestinos são as menos promissoras em 25 anos.

-Será que afetará substancialmente os enormes desafios associados com o crescimento de jihadismo no Paquistão? Não. Mas, ao mesmo tempo, é importante salientar que o Paquistão, bastante aquém da recessão global, é o epicentro do terrorismo global, e agora, potencialmente, representa o problema internacional mais perigoso, desde a crise dos mísseis soviéticos descobertos em Cuba (1962); e constitui um genuíno evento de densidade geopolítica mundial.

-Será que a crise econômica global afeta sistemicamente o futuro do Afeganistão? Não. O fato de que os Estados Unidos estão se atolando na guerra do Afeganistão não tem nada a ver com a deterioração da economia.

Como observa Henry Kissinger: “O exército convencional perde se não vencer. A guerrilha ganha se ele não perder.” A compilação dos fatos até aqui indicam que a OTAN não está vencendo no Afeganistão (TREVERTON, 2010).

-Será que a crise fez da União Europeia, devido à sua política interna, menos disposta e capaz ao longo do tempo de se aliar aos EUA em políticas efetivas de cooperação? Não. É pouco provável que haja variações na base da política externa da União Europeia e nenhuma relevante evolução nas relações transatlânticas.

Os problemas que o presidente Obama está enfrentando com a opinião pública europeia são de caráter civilizatório e dos métodos empregados na guerra contra o terror islâmico, não são especificamente vinculados a esta recessão originada na crise de 2008³⁵. Em geral, a opinião pública europeia não apóia o envolvimento de seus países em ações no exterior que impliquem no uso da força e das prováveis perdas de vidas

-Será que a crise tornará mais moroso o processo de integração da União Europeia? Marginalmente, talvez, mas em todo caso é preciso observar atentamente para definir se qual o grau de mobilidade de tal processo ao longo do tempo.

De forma objetiva, haverá, inevitavelmente, grandes desafios na conjuntura internacional nos próximos cinco anos (FRIEDMAN, 2006). Na verdade, este será o mais perigoso e caótico período global, desde guerra no Oriente Médio, em meados 1973. Contudo, não é óbvio que a evolução destes desdobramentos perturbadores será preponderantemente o resultado dos problemas da economia global originado na crise de 2008.

³⁵ KRUGMAN, Paul R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*.

Naturalmente, é importante estar sempre atento para as discontinuidades internacionais de caráter primário e duradouro³⁶. Se um evento geopolítico de grande teor convulsivo estiver acontecendo nos dias que correm, qual poderá ser? Um que poderia ser citado é um novo ataque terrorista catastrófico em solo norte-americano. Outro é o colapso do Paquistão e da consequente perda de controle governamental de seu arsenal nuclear para os extremistas islâmicos. Mas, novamente, nenhuma destas duas calamidades geopolíticas teria qualquer vínculo com a corrente crise econômica de 2008.

Seria válido argumentar que, mesmo se mudanças geopolíticas resultantes da atual crise econômica global ainda não estejam aparentes, estão ocorrendo de forma subjacente, sob a superfície do sistema internacional e se manifestarão nos anos vindouros. Assim a causalidade não perceptível hoje, ficará patente no futuro. Este argumento que aponta para discontinuidades subterrâneas não é de fácil de refutação. Para testar essa hipótese, o método analítico óbvio é buscar dados concretos que demonstrem essa afirmação. Em suma, mostrar que as pretensas transformações geopolíticas causadas pela recessão mundial, ocorreram, portanto, consubstanciando a assertiva proposta. Poderíamos, então, examinar a evidência postulada e, então, chegar-se a uma decisão quanto à sua validade. Em vez disso, alegam seus propositores que, a despeito desses dados não estarem disponíveis, a afirmação, é verdadeira. Esse tipo de convicção parece mais afeto a ocorrências ligadas à fé (ou apego ideológico), do que uma análise rigorosa. Mas vale a pena perguntar, como fez o general e estadista norte-americano George Marshall o fez muitas vezes: “Porque eu poderia estar errado?”

³⁶ TREVERTON, Gregory F. Making policy in the shadow of the future. Disponível em <<http://www.rand.org>>. Acesso em 31 de jul. 2010.

No caso dos números da economia mundial continuarem a se degradar no próximo ano e no seguinte (2011)³⁷, é preciso saber se alguma região permaneceria estável: se a China vai manter a estabilidade interna, se os EUA continuarão como o pilar da ordem internacional, e se a União Europeia deverá manter-se coesa, principalmente no que tange à união monetária da Zona do Euro. Nesse mesmo sentido, não é claro hoje qual efeito, se houver algum, do imprudente déficit financeiro e da enorme dívida pública que os EUA estão acumulando, assim como as massivas intervenções fiscais e monetárias governamentais na economia, terão sobre o dinamismo econômico, a atividade empresarial e, conseqüentemente, do poder de projeção em longo prazo (BLACKWILL, 2009).

Podemos, apenas, especular sobre essa questão no presente, mas certamente vale a pena pensar sobre esse cenário. O mais importante: “saber que não sabemos” tudo em relação a esse assunto. Além disso, talvez, a sustentação do Partido Comunista na China seja mais frágil do que a defendida neste trabalho, bem como seja o Paquistão e o México mais vulneráveis a se tornarem estados falidos em consequência da recessão econômica do que defendido aqui. Ressaltamos que nos parece improvável que esses piores cenários venham a acontecer como resultado da recessão mundial.

Eles ilustram, mais uma vez, que as incertezas cruciais nessa análise são: a duração e a gravidade dos desdobramentos da crise global e os efeitos de longo prazo das políticas da administração Obama sobre a economia dos EUA (TREVERTON, 2010).

Finalmente, se o mundo atravessa os reflexos da mais severa crise econômica desde 1930 (PAULSON, 2010), por que razão não está produzindo mudanças estruturais conspícuas na ordem mundial? Uma resposta concisa e objetiva é que os elementos geopolíticos transcendentais não foram alterados de maneira substancial, em relação a cada

³⁷ WOLF, Charles. *Global Financial Crisis*. Disponível em < <http://www.ft.com/indepth/global-financial-crisis>>>. Acesso em 20 de jul. 2010.

nação, nos dois anos, desde a eclosão da crise econômico-financeira de 2008 nos EUA. Quais são esses elementos geopolíticos duradouros? Para qualquer país são os seguintes (BLACKWILL, 2009):

- A localização geográfica, topografia e clima. Como Robert Kaplan³⁸ definiu, "aceitar a geografia não é entendê-la como uma força implacável contra a qual a humanidade é impotente. Pelo contrário, ela serve para qualificar a liberdade humana de escolha, com uma modesta aceitação do destino." A este respeito, fica claro nas obras de Sir Halford John Mackinder e de sua obra "O Pivô Geográfico da História" (1904), bem como em Alfred Thayer Mahan, "A Influência do Poder Marítimo sobre História, 1660-1783" (1890).

- Demografia, o tamanho, a taxa de nascimento, crescimento, densidade, etnia, escolaridade, religião, migração/emigração/absorção/assimilação, e habilidades e capacitação (técnico-industriais) da população.

- A História, as tendências da política exterior e de defesa, determinantes culturais e políticas internas de cada país.

- O tamanho e a pujança da economia interna

- A qualidade e o ritmo de domínio da tecnologia.

- A existência de recursos naturais exploráveis.

- O caráter (postura), as capacidades e as políticas dos países vizinhos.

Para os países mais relevantes na ordem mundial, talvez não tão surpreendentemente, nenhuma destas variáveis decisivas sofreu mudanças sensíveis, desde o

³⁸ **David Robert Kaplan** (nascido em 23 de junho de 1952 em New York, New York) jornalista, atualmente, correspondente nacional para a publicação *Atlantic Monthly*.

começo da recessão global, exceto nas nações de desempenho econômico mais débil (TREVERTON, 2010).

Um único fator, provavelmente, não terá força para alterar substancialmente todos outros determinantes geopolíticos e, portanto, produzir mudanças estruturais internacionais. Além disso, a fundamental correlação de poderes nas relações entre países mais proeminentes do mundo também não se alterou, tampouco as percepções de seus interesses nacionais e como melhor promovê-los e defendê-los.

Para resumir o conceito central deste trabalho: na ausência do fenômeno da guerra, revolução, ou outras rupturas extremas internas ou externas, para o Estado-nação, as poderosas condições de estabilidade listadas não tendem a evoluir muito, exceto em longo prazo, da mesma forma acontecendo com o núcleo dos objetivos estratégicos e de política externa dos países: mesmo diante dos desafios econômicos observados atualmente.³⁹

Esta posição foi frisada anteriormente nos comentários sobre os objetivos nacionais de longo prazo da Rússia, que remontam a centenas de anos.

Nesse sentido, o ex-Embaixador dos EUA na Índia, Robert Blackwill⁴⁰, comentou que um monarca da região do Golfo, informou-lhe, durante uma conversa privada, que para melhor compreender a política iraniana contemporânea, seria mais produtivo conhecer a história, objetivos e estratégias dos reis persas Ciro, Dario e Xerxes, que sucessivamente governaram o vasto Império Persa por volta de 500 AC.

³⁹ FRIEDMAN, George. *The next 100 years: a forecast for the 21st century*. New York: Doubleday Publishing Group, 2009. 255 p.

⁴⁰ Blackwill foi o EUA para a Índia (2001-2003), e membro do Conselho de Segurança Nacional, Adjunto para o Iraque (2003-2004), onde ele era um assessor entre Paul Bremer e Condoleezza Rice.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou ser um documento de nossa época: pautou-se na hipótese de que, tendo como delimitação do campo de abrangência a Geopolítica Clássica, a crise de 2008 não produziu efeitos capazes de gerar discontinuidades que possam ser definidas como geopolíticas.

Um dos primeiros desafios foi encaminhar a linha central da pesquisa do campo econômico-financeiro para o enfoque analítico da Geopolítica, sem cair na armadilha dos modelos simplistas ou, o que seria pior: enveredar por um labirinto de números e estatísticas da disciplina econômica. Essa precaução foi tomada, a partir da abordagem diferenciada dos desdobramentos da crise de 2008 que se refletiram globalmente em termos de desaceleração da economia real e consequente recessão.

Essa abordagem teria que ser feita pelo prisma da geopolítica, a partir de um método que atendesse a esse requisito, a fim de permitir validar a hipótese inicial ao problema vislumbrado. Esse método foi definido e justificado no Capítulo 2. Nessa seção, ainda, foi delimitado o ator principal do cenário geopolítico: os EUA. Em face do tema abordado, não haveria sentido outra posição que o tornaria coadjuvante. Isso também foi definido, de forma clara e de um ponto de vista realista, porém buscando evitar o que poderia ser definido como tendenciosa ao excepcionalismo norte-americano.

Por outro lado deixou fluir a crítica à pregação ideológica que vem há décadas, sem êxito, proclamando a derrocada dos EUA. Esse posicionamento inicial foi importante, uma vez que durante todo o trabalho ficou patente a centralidade norte-americana no concerto das nações, não por preferência do autor, mas como corolário da proporcionalidade de suas responsabilidades, se não hegemônicas, ainda gigantescas entre seus pares. Nesse sentido, foi definido que a geopolítica tem seu foco no comportamento das sociedades humanas

organizadas em sistemas complexos, geograficamente definidos, isto é, os Estados-nação.

Mostrou que para que possamos entender o comportamento do Estado-nação, é necessário que sejam claramente definidas as três dimensões principais do poder: econômica, militar e a política. A nação tem que ser estudada em termos de produção de riqueza, capacidade de defesa, bem como das relações internas e externas pelas quais os seres humanos moldam suas vidas. Economia, poder militar e política não se constituem em esferas separadas. Eles se integram em uma única entidade real que se materializa no Estado-nação.

Deixou claro o ponto de vista defendido pelo autor de que a busca pela definição do centro de gravidade da realidade é uma práxis da geopolítica: para onde convergem as forças definidoras que movem o sistema na direção em que são aplicadas. Essas forças nunca são, em sua natureza, eminentemente políticas, militares ou econômicas. Normalmente estão ao alcance da visão, porém são negligenciadas porque sendo simples, enganadoramente aparentam serem insuficientes para moverem o sistema. Assim, a visão geopolítica tem como meta abstrair a essência da realidade e identificar a tendência geral em o movimento está se dando

O Capítulo 3 apresentou uma cuidadosa análise da crise centrada nos EUA, mas que rapidamente tornou-se global, gerando uma ameaça real de colapso do sistema financeiro norte-americano e, em curto espaço de tempo, semelhante catástrofe ao sistema financeiro global. Este capítulo foi complementado, em apêndice, com uma cronologia detalhada dos principais eventos da crise financeira norte-americana. Essa visão não-geopolítica mostrou, de forma ampla, as implicações no campo da economia real quando a crise no campo financeiro sai do controle do setor bancário e não-bancário sob controle privado. Abordou o peso da participação do Estado nas ações para conter o desastre que se avizinhava. Esta participação governamental, que se mostrou decisiva, teve um alto grau de eficácia em virtude da cooperação e coordenação das ações entre principais bancos centrais e demais autoridades

políticas ao redor do planeta.

Essa seção apresentou também a dimensão econômica da crise e o seu alcance em relação ao demais atores. Mostrou, ainda, que os impactos da crise serviram de corolário da mudança de paradigma do relacionamento norte-americano com os demais atores globais mormente a China e os países emergentes. Essa mudança indica a necessidade de maior integração e divisão de poder e, sem dúvida, das responsabilidades políticas.

No Capítulo 4 foi apresentado o panorama sintético da ordem mundial vigente nesta primeira década do século 21, sob o prisma geopolítico, ou seja nas relações de poder entre os diversos atores e o ambiente onde são travadas as disputas ou tentadas as cooperações em busca dos objetivos que integram economia, poder militar e política.

Nesse contexto foi mostrada a ascensão da Ásia, tendo a China como figura de destaque, delineando a mais óbvia das mudanças geopolíticas em andamento. Na virada do milênio, a discussão girava em torno de um mundo unipolar, em que a hegemonia dos EUA projetava-se em um futuro a perder de vista. A velocidade impressionante do crescimento da China tem ultrapassado todas as expectativas. Em um curto período da história, o ritmo da guinada do poder do Ocidente em direção ao Oriente tornou-se o inquietante fato central do quadro geopolítico atual. Ficou claro que não se trata apenas da China. A Índia tem feito sentir a sua presença, a despeito de que muitos de seus líderes políticos ainda se mantenham numa postura de país subdesenvolvido: por dois séculos, os limites do poder global foram estabelecidos pelo Oceano Atlântico. Agora eles estão sendo delineados pelo Pacífico. Mostrou, também, que houve imprevistos e transtornos no âmbito das nações emergentes. Enquanto o crescimento econômico tem livrado centenas de milhões da pobreza, rápidos avanços na tecnologia das comunicações levaram a noção política para longínquas regiões rurais.

Ficou patente que a Reunião de cúpula de Copenhague causou um

desapontamento generalizado, mas a gravidade das discussões sobre o clima do planeta aponta para o reconhecimento da interdependência de todos os atores internacionais. A escolha agora se divide entre um mundo em que os Estados poderosos são colocados em xeque pela opção do multilateralismo cooperativo, ou pela opção na qual será dilacerado em um confronto de nacionalismos obtusos. Ao que aduziu Parag Khanna: “Nesta década houve espaço para muitas mudanças; na próxima será colocada à prova se as grandes potências – antigas e emergentes – serão protagonistas ou vítimas de uma nova ordem mundial”.

Serviu, ainda, para construir uma visão dos principais componentes geopolíticos em evolução nos dias que correm, bem como deu sustentação e demarcou o alcance da resposta à hipótese apresentada no capítulo seguinte.

Finalmente, o Capítulo 5, integrado aos conteúdos dos capítulos 2, 3 e 4, constitui-se na resposta à hipótese inicialmente formulada, onde se propugnou que a crise econômico-financeira de 2008 não produziu efeitos capazes de gerar discontinuidades que pudessem ser definidas como geopolíticas no cenário mundial, anteriormente delimitado.

Como foi ressaltado anteriormente, isto deveria implicar mudanças conspícuas nas políticas externas e relações internacionais das grandes potências mundiais, especialmente nas políticas dos Estados Unidos, China e Rússia; e a partir destes, em relação ao mundo. Não há dúvidas que também deveriam causar alterações numa série de outros assuntos, incluindo a aceleração da proliferação nuclear, nomeadamente no Irã e na Coreia do Norte. Provavelmente em substanciais mudanças no futuro do Paquistão, Afeganistão, Iraque, México, Índia; e em aliados de longa data dos EUA, como Japão e União Europeia. Igualmente, o agravamento de problemas obstantes aos esforços internacionais, como o processo de paz no Oriente Médio.

Contudo mostrou-se que muitos dos que profetizam tais deslocamentos internacionais, ora usam exemplos pinçados da política mundial periférica (queda do governo

na Hungria, aprofundamento da tragédia humanitária no Sudão), ora exercitam a previsão da ocorrência de espasmos na geopolítica (implosão da China, debacle dos EUA), porém não efetivamente constatados, até o momento. Além disso, o ser humano, naturalmente, tende muitas vezes a exagerar a importância do que lhe está acontecendo, em qualquer particular momento.

Esta resposta corroborou um entendimento prévio acerca de uma tendência equivocada de se abordar, ou pior, dar consistência analítica aos fatos observados com a utilização da geopolítica como elemento garante. Muito parecido com o que acontece com a “estratégia”, utilizada para os mais diversos fins, numa emulação precária do verdadeiro significado. Nesse sentido, tal resposta converte-se em uma advertência quanto ao correto emprego da Geopolítica como abordagem da aventura do ser humano na Terra, contudo essa visão estará circunscrita ao nível do Estado-nação e seu relacionamento com seus pares num ambiente que, há muito, não se restringe aos limites da superfície do planeta. Fica claro que a moldura temporal que se adequa a este conceito é a de longa duração. Esse conceito pode guardar alguns pontos em comum com a popularização do “planejamento estratégico de longo prazo” e a construção de cenários prospectivos, contudo são de naturezas bastante diversas.

Mostrou-se, ainda, que o mundo, no que tange à geopolítica clássica, logo realista, não é plano: a forma do poder global é piramidal, com os EUA sozinhos no topo, uma segunda camada de países relevantes (China, Japão, Índia, Rússia, Reino Unido, França, Alemanha e Brasil), e várias ordens dos demais em direção à base. Dentre todas as nações, só os Estados Unidos podem ser definidos como uma verdadeira superpotência de alcance global.

Foi apresentado que, de forma objetiva, haverá, inevitavelmente, grandes desafios na conjuntura internacional nos próximos cinco anos: na verdade, este será o mais perigoso e caótico período global, desde guerra no Oriente Médio, em meados 1973. Contudo, não é

óbvio que a evolução destes desdobramentos perturbadores será preponderantemente o resultado dos problemas da economia global originado na crise de 2008.

Para os países mais relevantes na ordem mundial, talvez não tão surpreendentemente, nenhuma das variáveis decisivas sofreu mudanças sensíveis, desde o começo da recessão global, exceto nas nações de desempenho econômico mais débil.

Um único fator, provavelmente, não terá força para alterar substancialmente todos outros determinantes geopolíticos e, portanto, produzir mudanças estruturais internacionais. Além disso, a fundamental correlação de poderes nas relações entre países mais proeminentes do mundo também não se alterou, tampouco as percepções de seus interesses nacionais e como melhor promovê-los e defendê-los.

Para concluir o conceito central deste trabalho: na ausência do fenômeno da guerra, revolução, ou outras rupturas extremas internas ou externas, para o Estado-nação, as poderosas condições de estabilidade listadas não tendem a evoluir muito, exceto em longo prazo, da mesma forma acontecendo com o núcleo dos objetivos estratégicos e de política externa dos países, mesmo diante dos enormes desafios econômicos observados no mundo globalizado.

Assim, partindo-se do fenômeno da crise de 2008 nos EUA e da resultante recessão global, foi mostrado que os reflexos mais robustos não tinham os requisitos para alterar a estrutura geopolítica vigente. Isso não quis supor que tais impactos não tenham sido importantes em vários sentidos, ou que tenham representado verdadeira ameaça ao sistema financeiro internacional. Contudo não podem ser tratados como geradores de discontinuidades geopolíticas como definidas no escopo do trabalho. Nisso resulta o valor da pesquisa, pois expõe com desassombro analítico a natureza subjacente da geopolítica — realista e duradoura —, de modo a colocá-la no devido lugar, como fizeram os precursores, alguns como Halford Mackinder, anteriores ao hoje popular termo *Geopolitik* cunhado por

Kjéllen. Com efeito, a verdadeira natureza da geopolítica, como mostrada no presente trabalho, não se compatibiliza com modismos e mistificações: é mais fácil tomar como verdadeiro um cenário desenhado e depois adaptá-lo ao raciocínio, do que raciocinar sobre os traços do desenho.

Como consideração final, tendo construído uma resposta à hipótese inicial, ficou claro que a Geopolítica não tem compromisso com o mercado de adivinhações que vem se disseminando nos dias que correm.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Alexandre. *O relatório da CIA: como será o mundo em 2020*. Tradução de Cláudio Blanc e Marly Netto Peres. São Paulo: Ediouro, 2006. 237 p. Original inglês.
- GALL, Norman. *O terremoto financeiro: a primeira crise global do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 167 p.
- GIAMBIAGI, Fabio; BARROS, Octavio (Org.). *Brasil pós-crise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 344 p.
- FRIEDMAN, George. *The next 100 years: a forecast for the 21st century*. New York: Doubleday Publishing Group, 2009. 255 p.
- FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Tradução de Cristiana Serra et al. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 557 p. Original inglês.
- GREENSPAN, Alan. *A era da turbulência: aventuras em um novo mundo*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 498 p. Original inglês.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Tradução de Waltensir Dutra; atualização e revisão técnica de Márcia Guerra. Rio de Janeiro: LTC. 2010. 295 p. Original inglês.
- KHANNA, Parag. *O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 560 p. Original inglês.
- KRUGMAN, Paul R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 201 p. Original inglês.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira: contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999. 420 p.
- MOURA, Alkimar et al. *A reforma do sistema americano: nova arquitetura internacional e o contexto regulatório brasileiro*. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 171 p.
- National Intelligence Council, *Global Trends 2025: A Transformed World*, Washington, D.C., November 2008. Disponível em: <http://www.dni.gov/nic/NIC_2025_project.html>. Acesso em 14 de ago. 2010.
- NYE, Joseph S. JR. *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história*. Tradução de Tiago Araújo. Rio de Janeiro: Gradiva, 2002. 304 p.
- PAULSON, M. JR. Henry. *À beira do abismo: a corrida para salvar a economia global do abismo*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010. 424 p. Original inglês.
- ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Tradução Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. 368 p. Original inglês.

TREVERTON, Gregory F. *Making policy in the shadow of the future*. Disponível em <<http://www.rand.org>>. Acesso em 31 de jul. 2010.

TRUMAN, Edwin. *The International Financial System in the Era of the Credit Crunch*. Disponível em <<http://www.henryjacksonsociety.org/stories.asp?pageid=49&id=1072>>. Acesso em 08 ago. 2010.

WESSEL, David. *Os bastidores da crise: a batalha de Bem Bernanke no Banco Central americano e sua influência na economia global*. Tradução de Gerson Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 309 p. Original inglês.

WOLF, Charles. *Global Financial Crisis*. Disponível em <<http://www.ft.com/indepth/global-financial-crisis>>>. Acesso em 20 de jul. 2010.

GLOSSÁRIO

Alavancagem – endividamento prévio com objetivo de viabilizar um investimento ou aposta.

Ativo – valor indicativo de riqueza; pode ser propriedade ou investimentos em empréstimos ou em bolsa.

Atores – aqueles que têm um papel importante no sistema por meio das variáveis que caracterizam seus planos e sobre as quais possuem controle; indivíduos, grupos, decisores, organizações ou associações de classe que influenciam ou recebem influência significativa do sistema e ou contexto considerado. Ex.: os países consumidores, os países produtores, as multinacionais, etc., são atores no sistema energético.

Banco central – instituição, tal como o FED, que controla a oferta de crédito na economia.

Banco Central Europeu – o equivalente do FED para os 16 países que compartilham o euro.

Banco comercial – instituição financeira regulamentada que recolhe depósitos dos correntistas e concede empréstimos a pessoas físicas e jurídicas.

Banco da Inglaterra – o equivalente do FED no Reino Unido.

Banco de investimento – empresa intermediária e investidora na alocação de capital para os mais diversos tipos de investimento, além de administrar carteiras de valores e fundos de investimento.

Capital de banco – fundo de reserva para absorver perdas.

CDO (*Collateralized Debt Obligation*) – pacote de dívidas vendido em mercados financeiros; um dos principais derivativos, frequentemente financiado com dinheiro emprestado.

CDS (*Credit Default Swap*) – seguro contra calote que pode ser utilizado como forma de especulação.

Carry trade – tomar empréstimo em país com prática de baixos juros (Japão), para investir em país de altos juros (Brasil).

Cenário – uma situação que possa apresentar-se como resultado de uma ação ou por uma dinâmica evolutiva no tempo; ferramentas que têm por objetivo melhorar o processo decisório, com base no estudo de possíveis ambientes futuros; é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e uma trajetória consistente que conecta o presente a situação final.

Colateral – propriedade oferecida como garantia pelo tomador de empréstimo para liquidar uma dívida, caso ele não consiga levantar o dinheiro. Quando o concessor de empréstimos mantém o colateral, o empréstimo é considerado garantido, caso contrário, ele não é garantido.

Commodity – bens físicos (como trigo, soja, cobre, petróleo) em comércio internacional.

Conflito - pode resultar do confronto entre estratégias antagônicas dos atores e pode tomar a forma da deflagração de uma tensão entre duas tendências (superpopulação e falta de espaço). O resultado desses conflitos determina a evolução do equilíbrio de poder entre atores ou fortalece o peso de uma tendência ou da outra.

Derivativo – aposta financeira nas flutuações e valor futuro de ativos como *commodities*, bônus, ações na bolsa e/ou moedas nacionais.

Emprestador de última instância – instituição, geralmente o banco central, que empresta aos bancos e outros que conseguem obter empréstimos em outro lugar.

Exchange Stabilization Fund – criado em 1952 para dar dinheiro ao Tesouro para comprar ouro, moedas e outros títulos e influenciar as taxas de câmbio; usado para proteger os fundos mútuos do mercado monetário em 2008.

Fato portador de futuro (FPF) – um fator de mudança (potencial) raramente perceptível no presente, mas que produzirá uma tendência pesada no futuro. De fato, ele é leve em termos das dimensões presentes, mas enorme em termos de suas conseqüências virtuais.

Federal Open Market Committee (FOMC) – comitê de política monetária composto por sete governadores e 12 presidentes, dos quais apenas cinco podem votar de cada vez.

Federal Reserve Bank de Nova York – o mais importante dos 12 bancos regionais, ou distritais, do FED, cada qual com seu próprio presidente e Conselho de Administração do setor privado.

Federal Reserve Board of Governors – 7 membros, conhecidos como governadores, apontados pelo presidente e confirmados pelo Senado. Sua sede é em Washington.

Fundo hedge – empresa de investimentos variados livre de regulamentação que procura altos lucros, financiada por pessoas e instituições com muito dinheiro.

Fundos mútuos do mercado monetário – veículos de investimento que pegam o dinheiro de pequenos e grandes investidores e compram títulos corporativos e do governo.

Janela de desconto – termo para os empréstimos diretos do FED aos bancos.

Liquidez – capacidade para vender um ativo para realizar seu valor potencial.

Maiden Lane – empresas especiais criadas pelo FED (em homenagem à rua que passa pela sede do FED de Nova York) para manter os ativos comprados do Bear Stearns e da American International Group (AIG).

Mercado de balcão (OTC) – vendas privadas de derivativos por bancos aos seus clientes.

Primary dealers – 16 bancos e bancos de títulos com os quais o FED de Nova York negocia títulos.

Primary Dealer Credit Facility – criada pelo FED em março de 2008 para ampliar a janela de desconto e oferecer empréstimos aos bancos de títulos, não apenas aos bancos.

Private equity – empresas dedicadas à compra de outras empresas.

“REPO” (acordo de recompra) – empréstimo em que uma das partes concorda em comprar um título de outra parte e vendê-lo de volta em uma data fixada e a um preço fixado. Conhecido como.

Securitização – quando um banco empacota um grupo de seus empréstimos (hipotecas ou dívidas de cartões de crédito) e os vende a terceiros. Os compradores também podem formar pacotes maiores de empréstimos para vender mais adiante. Prática de transformar os empréstimos feitos por bancos e outras instituições em títulos que podem ser mantidos e negociados por investidores.

Sistema financeiro das sombras – conjunto de organizações financeiras (como fundos hedge e private equity) que operam fora do sistema regulamentado de bancos.

Taxa de desconto – taxa com a qual o FED empresta diretamente aos bancos, estabelecida pelo Federal Reserve *Board of Governors* e baseada nas recomendações dos bancos distritais do FED.

Taxa do mercado interbancário – taxa pela qual os bancos emprestam uns aos outros de um dia para o outro; controlada principalmente pelo FED.

Títulos garantidos por hipoteca – instrumentos financeiros muito utilizados, compostos de um grande número de hipotecas ou partes de hipotecas.

Term Asset-Backed Securities Loan Facility (TALF) – lançada em março de 2008 pelo FED e Tesouro para emprestar aos investidores que compram títulos garantidos por empréstimos aos consumidores e negócios.

Term Auction Facility (TAF) – criada pelo FED em dezembro de 2008 para que os bancos tomem emprestado do FED como alternativa para a janela de desconto; a taxa é estabelecida em leilões.

Treasury Securities Lending Facility – criada pelo FED em março de 2008 para emprestar títulos do Tesouro mais fáceis de vender às empresas de Wall Street em troca de títulos de menor liquidez.

Troubled Assets Relief Fund – criado pelo Congresso em outubro de 2008 para oferecer \$700 bilhões ao Tesouro e comprar ativos dos bancos e investir neles.

APÊNDICE A – Cronologia da crise econômico-financeira de 2008

O colapso do Lehman Brothers, no dia 15 de Setembro de 2008, foi o prelúdio do cataclismo que se abateu sobre o sistema financeiro mundial. O congelamento do mercado do crédito e o adensar súbito da recessão mundial. Esse cenário levou especialistas importantes como Barry Eichengreen⁴¹ a concluir que as condições iniciais eram piores que as da Grande Depressão. De modo a permitir uma visualização da evolução dos eventos, foi elaborada a seguinte cronologia da primeira crise global do século XXI (GALL, 2010) :

Entre 2004 e 2006: problemas no *subprime*

Depois de dois anos, entre 2004 e 2006, quando a taxa de juros subiu de 1% para 5,35%, o mercado imobiliário americano começou a sofrer, com preços dos imóveis caindo e aumento na inadimplência de mutuários. A inadimplência em empréstimos do tipo *subprime* - hipotecas de alto risco para pessoas com histórico ruim de crédito - atingiu níveis recordes.

Abril a agosto de 2007: contágio do *subprime*

Abril

A New Century Financial, especializada em empréstimos *subprime*, pediu concordata e demitiu metade dos seus funcionários. Com suas dívidas sendo repassadas para outros bancos, o mercado *subprime* começou a entrar em colapso.

Julho

O banco de investimentos Bear Stearns diz que seus investidores não conseguirão resgatar o dinheiro investido em seus fundos de *hedge*. O diretor do Federal Reserve (o banco central americano), Ben Bernanke, diz que a crise do *subprime* pode custar US\$ 100 bilhões.

⁴¹ Citado por Armirio Fraga Neto in GALL, Norman. *O terremoto financeiro: a primeira crise global do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 167 p.

Agosto 2007: Tamanho da crise é revelado

9 de agosto

O banco de investimentos PNB Paribas diz a seus investidores que eles não conseguirão resgatar seus investimentos, devido à "completa evaporação da liquidez" do mercado. É um sinal claro de que os bancos estão se recusando a emprestar dinheiro uns aos outros. O Banco Central Europeu investe 95 bilhões de euros no setor bancário, para melhorar a liquidez. Em seguida, mais 108,7 bilhões de euros são investidos. Os bancos centrais dos Estados Unidos, Canadá e Japão começam a intervir.

“A crise que eu havia previsto irrompeu nos mercados financeiros com toda força em 9 de agosto de 2007. Seu estopim foi inesperado (o mercado habitacional) e seus danos foram mais profundos e prolongados do que poderíamos ter imaginado.” (PAULSON, 2010, p. 54)

17 de agosto

O Federal Reserve corta pela metade a taxa de juros para empréstimos a bancos, para 5,75%.

Setembro 2007: Corrida aos bancos

13 de setembro

O banco britânico Northern Rock pediu e recebeu ajuda financeira emergencial do banco central britânico. No dia seguinte, os correntistas retiraram mais de US\$ 2 bilhões, em uma das maiores fugas de capital da Grã-Bretanha.

18 de setembro

O Federal Reserve corta a taxa de juro em meio ponto percentual, para 5,75%.

Outubro de 2007: perdas começam a surgir

No dia 1º, o banco suíço UBS revelou perdas de US\$ 3,4 bilhões. Em seguida, o gigante Citigroup divulgou que perdeu US\$ 3,1 bilhões com o mercado subprime - US\$ 40 bilhões no acumulado de seis meses. No fim do mês, o diretor do Merrill Lynch se demite, depois de revelar que o banco tinha US\$ 7,9 bilhões de dívidas que incluíam papéis podres.

Dezembro 2007: Ajuda do governo

No dia 6, o presidente americano, George W. Bush, anunciou um plano para ajudar milhões de mutuários com problemas. O Federal Reserve coordenou ao lado de cinco bancos centrais uma ação para empréstimos a outros bancos.

Fevereiro e março 2008: Nacionalizações e compras

7 de fevereiro

Ben Bernanke alerta para os efeitos da crise do sistema financeiro na economia real. Os líderes do G7 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo) dizem que as perdas com o mercado subprime podem chegar a US\$ 400 bilhões. O governo britânico nacionaliza o banco Northern Rock.

13 de março

“Parecia prematuro sugerir medidas para evitar crises futuras quando ainda não se vislumbrava saída para a crise em curso” (PAULSON, 2010, p. 81.)

Em março, o Federal Reserve disponibiliza mais US\$ 200 bilhões para bancos em dificuldade. No dia 17, o quinto maior banco americano, Bear Stearns, é comprado pelo JP Morgan Chase por US\$ 240 milhões (um ano antes, o banco valia US\$ 18 bilhões).

Abril 2008: Mais efeitos na Europa

8 de abril

O Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta que as perdas devido à crise financeira internacional podem chegar a US\$ 1 trilhão ou até ultrapassar esta marca. Segundo

o FMI, os efeitos da crise estão se espalhando para outros setores como crédito ao consumidor e dívidas de empresas. Dois dias depois o Banco da Inglaterra diminui sua taxa de juros para 5%, um corte de 0,25%.

21 de abril

O Banco da Inglaterra divulga os detalhes de um plano ambicioso, da ordem de 50 bilhões de libras (cerca de R\$ 171 bilhões) para ajudar bancos, um plano que permitiria que estes bancos trocassem dívidas de hipoteca que potencialmente arriscadas por títulos do governo, mais seguros.

Abril a junho de 2008: Bancos tentam conseguir dinheiro

“O clima de pessimismo quando o G7 realizou sua reunião ministerial em Washington, em 11 de abril. Naquele dia o Dow mergulhou 257 pontos, depois que a General Electric divulgou sus resultados do primeiro semestre inferiores aos esperados.” (PAULSON, p. 115.)

22 de abril

O banco britânico Royal Bank of Scotland anuncia o plano para levantar dinheiro junto aos acionistas, lançando novas ações no mercado, que chegam ao valor 12 bilhões de libras (mais de R\$ 41 bilhões), o maior lançamento de ações da história corporativa da Grã-Bretanha.

2 de maio

O banco UBS, um dos mais afetados pela crise financeira mundial, também lança ações no valor de US\$ 15,5 bilhões para cobrir parte de suas perdas, que chegaram a US\$ 37 bilhões, mais do que qualquer outro banco afetado pelas turbulências do mercado internacional.

19 de junho

O FBI prende 406 pessoas, incluindo corretores e empreiteiros, como parte de uma operação contra supostas fraudes em financiamentos habitacionais, que alcançaram valor de US\$ 1 bilhão.

25 de junho

Outro banco britânico, desta vez o Barclays, anuncia os planos para levantar 4,5 bilhões de libras (cerca de R\$ 15,4 bilhões) com lançamento de ações.

Julho de 2008: Grandes financiadores no limite

“O fim de semana de 12 e 13 de julho foi uma sucessão ininterrupta de telefonemas, tele conferências, de reuniões: Ben Bernanke, Tim Geithner e Cris Cox. Chuck Schumer, Barney Frank, John Boehner e Spencer Bachus. Em grupo ou individualmente, era um encontro atrás do outro.”(PAULSON, p. 131.)

13 de julho

O banco de hipotecas americano IndyMac entra em colapso e se torna o segundo maior banco a falir na história dos Estados Unidos.

14 de julho

Autoridades financeiras dos Estados Unidos prestam assistência às duas gigantes do setor de hipotecas, Fannie Mae e Freddie Mac. Juntas, as duas companhias são responsáveis por quase metade das hipotecas dos Estados Unidos e detêm ou garantem cerca de US\$ 5,3 trilhões em financiamentos e são cruciais para o mercado imobiliário americano.

Agosto a setembro de 2008: Outros gigantes sofrem

4 de agosto

O gigante do setor bancário HSBC alertou que as condições dos mercados financeiros são as mais difíceis "das últimas décadas", depois de sofrer uma queda de 28% em seus lucros semestrais. Dos grandes bancos europeus, o HSBC estava entre os mais atingidos pela crise do mercado imobiliário e de crédito dos Estados Unidos.

30 de agosto

O ministro da Fazenda britânico, Alistair Darling, afirma que a economia da Grã-Bretanha enfrenta sua pior crise dos últimos 60 anos em uma entrevista ao jornal The Guardian.

1º de setembro

Dados oficiais do Banco da Inglaterra mostram queda na aprovação de hipotecas em julho.

5 de setembro

Números do mercado de trabalho americano mostram que a taxa de desemprego no país subiu para 6,1%, causando ainda mais turbulência nos mercados financeiros.

7 de setembro

O governo dos Estados Unidos anuncia que está assumindo o controle das empresas de hipoteca Freddie Mac e Fannie Mae, numa operação que foi considerada uma das maiores do gênero na história americana. O secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, afirma que os níveis das dívidas das duas companhias significavam um "risco sistêmico" para a estabilidade econômica e que, se o governo não agisse, a situação poderia piorar.

8 de setembro

“Comecei com uma rodada matutina de entrevistas em emissoras de televisão, parte do meu planodededicar boa parte da semana à tarefa de tranquilizaros contribuintes, os

mercados e os funcionários das instituições convencendo-os que a Fannie Mae e Freddie Mac haviam sido estabilizadas.” (PAULSON, 2010, p. 154.)

10 de setembro

O Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, registra perdas de US\$ 3,9 bilhões nos três meses anteriores a agosto. O anúncio ocorre em meio a mais alertas econômicos feitos pela Comissão Europeia, afirmando que Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha poderão entrar em recessão até o final de 2008.

15 de setembro

Depois de dias em busca por um comprador, o Lehman Brothers entra com pedido de concordata, se transformando no primeiro grande banco a entrar em colapso desde o início da crise financeira. O ex-presidente do FED Alan Greenspan afirma que outras grandes companhias também poderão cair. No mesmo dia, o Merrill Lynch, um dos principais bancos de investimento americanos, concordou em ser comprado pelo Bank of America por US\$ 50 bilhões para evitar prejuízos maiores.

“Acordei exausto na segunda-feira de manhã, depois de algumas horas de sono intranquilo, atormentado pelas dimensões crescentes dos problemas da AIG e pelas palavras assustadoras de John Mack na noite anterior: Depois do naufrágio do Lehman Brothers, o Morgan Stanley seja o próximo.” (PAULSON, 2010, p. 199.)

16 de setembro

O Federal Reserve anuncia um pacote de socorro de US\$ 85 bilhões para tentar evitar a falência da seguradora AIG, a maior do país. Em retorno, o governo assumirá o controle de quase 80% das ações da empresa e o gerenciamento dos negócios. Lehman Brothers fecha acordo para vender partes suas as operações de brokers e dealers para o britânico Barclays.

17 de setembro

Imprensa noticia que o Washington Mutual (WaMu), financiador de hipotecas e maior instituição de poupança dos Estados Unidos, se colocou em leilão como forma de ampliar os esforços para se salvar, em meio aos graves problemas financeiros que atravessa.

23 de setembro

O japonês Nomura Holdings chega a um acordo para comprar por US\$ 225 milhões a filial do Lehman Brothers na Ásia Pacífico.

25 de setembro

Outro gigante do setor de hipotecas dos Estados Unidos, o Washington Mutual, é fechado por agências reguladoras e vendido para seu adversário, o Citigroup.

28 de setembro

A crise se alastra mais pelo setor bancário europeu com a nacionalização parcial do grupo belga Fortis, para garantir sua sobrevivência. Autoridades na Holanda, Bélgica e Luxemburgo aceitaram investir 11,2 bilhões de euros na operação. Nos Estados Unidos, legisladores anunciaram que chegaram a um acordo bipartidário para aprovação do pacote de US\$ 700 bilhões para salvar instituições financeiras afetadas pela crise.

29 de setembro

A Câmara dos Representantes (deputados) dos Estados Unidos rejeita o pacote de US\$ 700 bi proposto pelo governo americano para socorrer instituições financeiras afetadas pela crise. Os legisladores retomam as negociações para realizar uma nova votação na casa.

O Wachovia, o quarto maior banco americano, é comprado pelo Citigroup, em um acordo de resgate que conta com o apoio das autoridades americanas. Segundo este acordo o Citigroup vai absorver até US\$ 42 bilhões dos prejuízos do Wachovia.

Na Grã-Bretanha, o governo confirmou a nacionalização do banco de hipotecas Bradford & Bingley. O governo assume o controle de financiamentos e empréstimos do banco no valor de 50 bilhões de libras (cerca de R\$ 171 bilhões) enquanto suas operações de poupança e agências são vendidas para o Santander, da Espanha.

O governo da Islândia assume o controle do terceiro maior banco do país, Glitnir, depois que a companhia teve problemas com fundos de curto-prazo.

29 de setembro

“Apenas uma semana depois de eu ter feito um discurso destinado a tranquilizar os mercados, fui ao Salão Oval para relatar ao presidente que mais uma instituição financeira americana, o Citigroup, estava à beira da falência.” (PAULSON, 2010, p. 360.)

ANEXO A – Personagens de interesse na Crise Econômico-Financeira de 2008⁴²

ELENCO DE LÍDERES INTERNACIONAIS (PAULSON, 2010)

Alexei Kudrin: ministro das Finanças da Rússia
Alistair Darling: ministro da Fazenda do Reino Unido
Angela Merkel: chanceler da Alemanha
Christine Lagarde: ministra das Finanças da França
Hu Jintao: presidente da República popular da China
Jean-Claude Trichet: presidente do Banco Central Europeu
Mervyn King: governador do Banco da Inglaterra
Nicolas Sarkozy: presidente da França
Vladimir Putin: primeiro-ministro da Rússia
Wang Qishan: vice-premier do Conselho de Estado da RPC
Wu Yi: premier do Conselho de Estado da RPC
Zhou Xiaochua: presidente do Banco Central da RPC

CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Barney Frank: deputado democrata, Massachusetts, presidente da comissão de Serviços Financeiros da Câmara dos Deputados
Charles Schumer: senador democrata, Nova York, vice-chairman da Conferência Democrata do senado
Christopher Dodd: senador democrata, Connecticut, presidente da comissão de Bancos, Habitação e Assuntos Urbanos do senado
Harry Reid: senador democrata, Nevada, líder da maioria no Senado
Hillary Rodham Clinton: senadora democrata, Nova York,
Jim Bunning: senador republicano Kentucky, membro da comissão de Bancos, Habitação e Assuntos Urbanos do Senado
John Boehner: deputado republicano, Ohio, líder da minoria na Câmara dos Deputados
Judd Gregg: senador republicano, New Hampshire, membro da Comissão de Orçamentos do Senado
Lindsey Graham: senador republicano, Carolina do Sul, co-chairman da campanha nacional do senador John McCain à presidência
Max Baucus: senador democrata, Montana, presidente da Comissão de Finanças do Senado
Mitch McConnell: senador republicano, Kentucky, líder da minoria no Senado
Nancy Pelosi: deputada democrata, Califórnia, presidente da Câmara dos Deputados
Rahm Emanuel: deputado democrata, Illinois, presidente do Cáucus Democrata da Câmara dos Deputados, posteriormente nomeado chefe do gabinete civil do presidente eleito Barack Obama

⁴² Em ordem alfabética

Richard Shelby: senador republicano, Alabama, membro da Comissão de Bancos, Habitação e Assuntos Urbanos do Senado

Spencer Baucus: deputado republicano, Alabama, membro da Comissão de Serviços Financeiros da Câmara dos Representantes

CANDIDATOS PRESIDENCIAIS

Barack Obama: senador democrata candidato a presidente pelo Partido democrata; depois eleito 44º presidente dos EUA

John McCain: senador republicano, Arizona, candidato a presidente pelo Partido Republicano

Joseph Biden, Jr.: senador democrata, Delaware, candidato a vice-presidente dos EUA

Sarah Palin: governadora republicana, Alasca, candidata a vice-presidente pelo Partido Republicano

CASA BRANCA

Daniel Meyer: assistente do presidente para assuntos legislativos

Edward Gillespie: conselheiro do presidente

Edward Lazear: chairman do Conselho de Assessores Econômicos

George Walker Bush: 43º presidente dos EUA

Joel Kaplan: subchefe da Casa Civil para políticas públicas

Joshua Bolten: chefe da Casa Civil

Keith Hennessey: assistente do presidente para política econômica, depois diretor do Conselho Econômico Nacional

Richard Cheney: 46º vice-presidente dos EUA

Stephen Hadley: assessor de segurança nacional

LÍDERES DO MERCADO FINANCEIRO E SEUS ASSESSORES

Alan Schwartz: CEO do Bear Stearns

Daniel Mudd: presidente e CEO da Fannie Mae

Edward Herlihy: co-chairman do comitê executivo da Wachtell, Lipton, Rosen & Katz

Edward Liddy: chairman e CEO da AIG

H. Rodgin Cohen: chairman da Sullivan & Cromwell

Herbert McDade III: presidente do Lehman Brothers

Herbert Allinson, Jr.: chairman e CEO da TIAA-CREF, depois presidente e CEO da Fannie Mae

J. Christopher Flowers: CEO da J.C. Flowers & Company

James Dimon: chairman e CEO do JPMorgan Chase

Jeffrey Immelt: chairman e CEO da General Electric

John Mack: chairman e CEO do Morgan Stanley

John Thain: chairman e CEO do Merrill Lynch

Josef Ackermann: presidente do Conselho de Administração e CEO do Deutsche Bank

Kenneth Lewis: chairman e CEO do Bank of America

Lawrence Summers: ex-secretário do Tesouro, nomeado diretor do Conselho Econômico Nacional pelo presidente eleito Barack Obama

Lloyd Blankfein: chairman e CEO do Goldman Sacks

Mervyn Davies: chairman do Standard Chartered Bank

Richard Fuld: chairman e CEO do Lehman Brothers

Richard Kovacevich: chairman do Wells Fargo

Richard Syron: chairman e CEO da Freddie Mac

Robert Kelly: chairman e CEO do Bank of New York Mellon

Robert Rubin: ex-secretário do Tesouro; diretor e conselheiro sênior Citigroup

Robert Scully: vice-chairman do Morgan Stanley

Robert Willumstad: CEO da AIG

Vkram Pandit: CEO do Citigroup

Warren Buffett: chairman e CEO da Berkshire Hathway

REGULADORES FINANCEIROS

Ben Bernanke: chairman do Federal Reserve Board

Callum McCarthy: chairman da Financial Services Authority do Reino Unido

Christopher Cox: chairman da SEC

Donald Kohn: vice-chairman Federal Reserve Board

James Lockhart: director da Federal Housing Finance Agency

John Dugan: diretor do setor de regulação dos bancos nacionais do Tesouro

Kevin Warsh: governador do Federal Reserve Board

Sheila Bair: presidente da Federal Deposit Insurance Corporation

Timothy Geithner: presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, nomeado posteriormente secretário do Tesouro pelo presidente eleito Barack Obama

DEPARTAMENTO DO TESOURO

Anthony Ryan: secretário adjunto para mercados financeiros

Clay Lowery: subsecretário em exercício para assuntos internacionais

David McCormick: subsecretário para assuntos internacionais

David Nason: secretário adjunto para instituições financeiras

Henry Paulson, Jr.: secretário do Tesouro

James Lambricht: diretor de investimentos do TARP

Jeb Mason: vice-secretário adjunto para assuntos de negócios

Jeremiah Norton: vice-secretário assistente para políticas referentes a instituições financeiras

Karthik Ramanathan: diretor do Escritório de Gestão de Dívidas

Kevin Fromer: secretária adjunta para assuntos legislativos

Michele Davis: secretária adjunta para assuntos públicos e diretora de planejamento político

Neel Kashkari: secretário adjunto para economia internacional e desenvolvimento

Phillip Swagel: secretário adjunto de política econômica

Robert Hoyt: advogado geral

Robert Steel: subsecretário para finanças internas, depois presidente e CEO do Wachovia

Steven Shafran: assessor sênior do secretário do Tesouro
